



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
_(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

PROCESSO 0000992-07.2026.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que as(os) licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica às(aos) interessadas(os) que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(seu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designadas(os) pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018, 11.246/2022 e 12.174/2024, pela Resolução CNJ 651/2025, pela Resolução CNJ 347/2020, pela Resolução TSE 23.702/2022, pela Resolução TRE/SE 120/2015, pela IN SLTI/MPOG 5/2017, pelas INs SEGES/ME 73/2022, SLTI/MP 01/2010, SEGES/MGI 176/2024, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES) (Lei Complementar 123/2006)

Dia: 27/02/2026.

Horário: 9h (horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: <http://www.gov.br/compras> (Portal Compras.gov.br).

Código UASG: 070012.

Valor de Referência:

ITEM	CÓDIGO SIASG/ ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO (componentes do objeto)			VALOR TOTAL DOS POSTOS P/ 60 MESES	
1	23795 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA - 24 HORAS DIUTURNAS	Vigilante	Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	3 Postos	R\$ 2.660.104,80	
			Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	4 Postos	R\$ 2.899.036,80	
			Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Aracaju	1 Posto	R\$ 347.685,60	
			Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 5%	17 Postos	R\$ 5.747.383,80	
			Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 4%	1 Posto	R\$ 334.420,80	
			Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 3%	1 Posto	R\$ 330.838,20	
		SUBTOTAL				R\$ 12.319.470,00
		Horas Extras Eleições 2026 / 2028 / 2030 (9.800)				R\$ 329.053,08
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 12.648.523,08	
OBS.: Para a formação do valor de referência, adotou-se a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 000237/2024 DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILANCIA, TRANSPORTE DE VALORES, ELETRONICA E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE SINDIVIGILANTE/SE e Termo Aditivo registrado sob o nº MTE SE 000003/2025.						

Vigência da contratação: 60 (sessenta) meses.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM.

Modo de Disputa: ABERTO.

Programa(s) de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686; 02.061.0033.4269.0001/Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes.

Data-limite para esclarecimento e impugnação: 24/02/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTÍNUOS, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA, A SEREM PRESTADOS NOS PRÉDIOS E ÁREAS UTILIZADAS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE SERGIPE**, conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA 2026).

1.2 A licitação será realizada em 01 (um) item, cujo detalhamento encontra-se delineado no anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS (ETS).

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(seu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(seu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.1.3 As(Os) licitantes ou suas(seus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.1.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.1.5 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5.1 A não observância do disposto no item 2.1.5 poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (quando admitida a sua participação) mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015.

2.1.7 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

2.2 Das Declarações

2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na

data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada(o) da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumpro o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar [no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos].

2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinadas.

2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), de acordo com a ordem de classificação da(o)s licitante(s), por meio de consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item 2.3.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(seu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).

2.3.2 Caso conste da Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.4 A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:

2.4.1 Empresas cujos estatutos ou Contratos Sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.4.2 Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s).

2.4.3 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.4.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.4.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.4.5.1 O impedimento de que trata o item 2.4.5 será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

2.4.6 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras(es) a condições análogas às de escravo(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.9 Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante.

2.4.9.1 A vedação de que trata o item 2.4.9 estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4.11 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.12 Sociedades cooperativas, conforme explicitado no item 4.7 do Anexo Termo de Referência.

2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.3 e 2.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva

de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 Equiparam-se às(aos) autoras(es) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) CONTRATADA(O) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, **nos termos da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante **PODERÁ** realizar vistoria/visita técnica no(s)/ao(s) local(ais) correspondente(s) à prestação do serviço, acompanhada(o) por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio no Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais (NIS) por meio do telefone (79) 3209-8762 e/ou do endereço de e-mail nis@tre-se.jus.br**, e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.

3.2 Para a visita/vistoria, a(o) representante legal da(o) licitante ou a(o) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o) e apresentar-se munida(o) de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

3.3 O prazo para visita/vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública ([Acórdão TCU 906/2012 - Plenário](#)).

3.4 A visita/vistoria deverá ocorrer individualmente com cada uma(um) das(os) licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.5 A(O) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.6 A não realização da visita/vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do(s) serviço(s), devendo a(o) licitante vencedora(vencedor) assumir o ônus dos serviços decorrentes ([Acórdão TCU 110/2012 - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A(O) licitante deverá encaminhar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **10 de fevereiro de 2026**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**27 de fevereiro de 2026**), em campo específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.1.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório**.

4.1.3 As(Os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.1.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, artigo 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 **Preços, em moeda corrente nacional**, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este Instrumento e inclusive os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da(s) Planilha(s) de Custos e Formação de Preços, conforme modelo(s) disponibilizado(s) à(ao) licitante, e deve contemplar, no mínimo:

a) Detalhamento do preço ou lance final proposto.

b) Documento apto a comprovar os percentuais do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Risco Ambiental do Trabalho – RAT por ela(e) praticados, a exemplo dos Relatórios emitidos pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP, e - na hipótese de adotar Norma Coletiva de Trabalho (ou outro normativo) diversa daquela adotada pelo TRE/SE para formação do valor de referência - a integralidade do expediente.

c) Declaração, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º, da Lei 14.133/2021](#)).

d) Declaração informando o enquadramento sindical da(o) licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção de eventual instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso I](#)).

e) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual a(o) licitante declara ser enquadrada(o) ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso II](#)).

f) Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pela(o) licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasa o valor global ofertado, quando for o caso ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso III](#)).

g) Declaração de que é responsabilidade da(o) licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso IV](#)).

h) Outras informações pertinentes.

4.2.1.2 Na elaboração da proposta comercial, a(o) licitante:

4.2.1.2.1 Não poderá alterar o quantitativo de pessoal da equipe de profissionais, os tipos de postos, nem o período de contratação.

4.2.1.2.2 Deverá elaborar sua proposta a partir de acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente da categoria profissional vinculada à execução do objeto, observada a base territorial e a obrigação da indicação expressa do número de registro de tal norma negocial trabalhista junto ao órgão competente.

4.2.1.2.3 Deve consignar o VALOR GLOBAL DO CONTRATO [60 (sessenta) meses] já considerados e inclusos todos os custos, diretos e indiretos (tributos, tarifas e demais despesas), incidentes sobre a execução, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, mesmo que não explicitado na respectiva planilha de custos e formação de preços.

4.2.1.2.4 Deve observar como critério de aceitabilidade de preços o valor de unitário de referência indicado para cada SUBITEM que compõe o objeto (**Tabela 2 do Anexo Termo de Referência**).

4.2.1.2.5 Não poderá adotar valor inferior ao orçado pelo TRE/SE para os itens de salário e de auxílio-alimentação (**Tabela 2 do Anexo Termo de Referência e Planilha de Custos e Formação de Preços**).

4.2.1.2.6 Deve observar que o TRE/SE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

4.2.1.2.6.1 Pagamento de participação das(os) trabalhadoras(es) nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;

4.2.1.2.6.2 Matéria não trabalhista ou que estabeleça direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

4.2.1.2.6.3 Preços para os insumos relacionados, quando for o caso, ao exercício da atividade da categoria.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.

4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar/detalhada constante dos anexos a este Instrumento.

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar/detalhada.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar/detalhada.

4.2.3 Para obtenção do valor de referência foram consideradas as categorias previstas na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025, com número de registro no MTE SE 000237/2024, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, TRANSPORTE DE VALORES, ELETRONICA E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE SINDIVIGILANTE/SE e Termo Aditivo registrado sob o nº MTE SE 000003/2025.

4.2.4 Na elaboração de sua proposta, respeitadas as previsões dos itens 4.2.1.2.4 e 4.2.1.2.5, a(o) licitante poderá utilizar/indicar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo TRE/SE como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical da(o) empregadora(empregador) é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará o serviço mediante cessão de mão de obra (artigo 581, § 2º, da [Consolidação das Leis do Trabalho](#); artigo 8º, inciso II, da [Constituição da República Federativa do Brasil](#); [Acórdão TCU 1.097/2019 - Plenário](#)).

4.2.4.1 Não serão admitidas taxas de despesa administrativa superiores a 5% (cinco por cento) e de lucro superiores a 10% (dez por cento).

4.2.4.2 Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS, observadas as faculdades estabelecidas na legislação, não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

4.2.4.3 As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS.

4.2.4.4 Caso a(o) licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.

4.2.4.5 Caso a(o) licitante não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS apurado com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

4.2.4.6 O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e de “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições:

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL A	CONTRIBUIÇÃO APURADA B = A x 1,65%	CRÉDITO DESCONTADO C	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA D = B - C	PERCENTUAL EFETIVO E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL A	CONTRIBUIÇÃO APURADA B = A x 7,60%	CRÉDITO DESCONTADO C	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA D = B - C	PERCENTUAL EFETIVO E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%

4.2.4.7 Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da(o) licitante e não será admitida a repactuação ou reequilíbrio em função da cotação de percentuais equivocados.

4.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA

DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

5.1 A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O **modo de disputa será aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item, considerando-se todo o período contratual**.

5.2.2 A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que

possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.

5.6 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver o envio de lances após o início da etapa competitiva.

5.6.1 Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo mencionado no item **5.6**, será realizado o **sorteio** das propostas empatadas no próprio sistema de compras governamentais.

CLÁUSULA SEXTA

DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Será adotado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, **se esta for empresa de maior porte**, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas(os) as(os) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.3 A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, o procedimento licitatório prossegue com as(os) demais licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço para o item, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas(os) demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA

DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da(s) **Planilha(s) de Custos e Formação de Preços** anexada(s) a este Instrumento exclusivamente por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contado da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º).

8.1.1 É **vedada** a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composição de preços ([Súmula TCU 254](#)).

8.1.2 Nos custos indiretos, deve constar a previsão de eventual custo com o cumprimento da cota de aprendizagem (cláusula vigésima oitava da CCT SE 000237/2024, referida no preâmbulo), com a manutenção mensal da conta vinculada para depósito dos encargos trabalhistas, consoante acordo firmado entre o TRE/SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança de tarifas mensais de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na internet (www.bb.com.br), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, assim como eventuais variações no preço dos insumos e de outras despesas não discriminadas na(s) planilha(s) de formação de preços e necessárias à execução do objeto.

8.1.3 Caso a proposta apresente percentuais diferentes daqueles informados no(s) Modelo(s) de Planilha de Custos e Formação de Preço (documentação em anexo), a(o) licitante deverá apresentar a respectiva justificativa e a memória de cálculo.

8.1.4 A(O) licitante deverá informar, na(s) planilha(s) enviada(s), **quando for o caso**, o acordo, a convenção coletiva ou a sentença normativa utilizada como parâmetro para formulação de sua proposta.

8.1.4.1 Os salários e o auxílio-alimentação a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da(o) licitante melhor classificada(o) e não poderão ser inferiores aos estimados no Edital.

8.2 O envio de arquivos a que alude o item **8.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o)

Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

8.3 A(O) licitante melhor classificada(o) também **deverá encaminhar, em conjunto com a proposta de preços**, documento apto a comprovar os percentuais do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Risco Ambiental do Trabalho – RAT por ela(e) praticados, a exemplo dos Relatórios emitidos pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP, e - na hipótese de adotar Norma Coletiva de Trabalho diversa daquela adotada pelo TRE/SE para formação do valor de referência - a integralidade do expediente.

8.4 Na hipótese de a proposta ser apresentada com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeira(o), para que proceda aos devidos ajustes.

8.5 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) apresentado(s).

8.6 Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a correspondente exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o):

8.7 Não será aceita a proposta que:

8.7.1 Contiver vícios insanáveis.

8.7.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.7.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.7.4 Apresentar preço(s) unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência anexo a este instrumento, quando couber.

8.7.5 Informar valores de tributos incompatíveis com a legislação vigente. Neste caso, caberá à(ao) licitante comprovar a aplicabilidade das alíquotas informadas.

8.7.6 Não observar os valores mínimos do salário-base e do benefício/auxílio-alimentação, quando cabível, indicados pelo TRE/SE para os perfis/categorias profissionais ou, caso superiores aos valores orçados pelo Tribunal, não observar os valores estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho a que a(o) licitante esteja submetida(o).

8.7.7 Não observar os valores dos benefícios sociais estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho a que a(o) licitante esteja submetida(o).

8.7.8 Prever rubricas inferiores ao mínimo determinado por lei, quando aplicável.

8.7.9 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.7.9.1 É indicio de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência (unitário ou total) adotado pelo TRE/SE para o certame.

8.7.9.2 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, dará à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.8 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e estará sujeita(o) às sanções previstas neste Instrumento

8.9 Se a proposta não for aceitável, ou se a(o) licitante não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA

DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação das(os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

9.1.1 O envio de arquivos a que alude o item **9.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da(o) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.6 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de **habilitação econômico-financeira**, serão exigidos:

9.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (artigo 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.3.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.3.2.2 Patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos Contratos firmados(os) pela(o) licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação (a exigência deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e, se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a empresa licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença);

9.3.2.3 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação (corresponde ao **valor total do item dividido por cinco**); e

9.3.2.4 Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação (corresponde ao **valor total do item dividido por cinco**) ([art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2023](#)).

9.3.2.5 O Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.3.2.6 No caso de empresa criada no exercício financeiro da licitação, será autorizado substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4 Para fins de **habilitação técnica**, serão exigidos:

9.4.1 Prova de **aptidão** para a execução do objeto licitado, por meio do atendimento das seguintes exigências:

9.4.1.1 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executou serviços de vigilância patrimonial, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. A(O) pregoeira(o) poderá solicitar

cópia(s) do(s) contratos(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s);

9.4.1.2 1 (um) ou mais atestados ou declaração(ões), expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou cópia(s) de contrato(s) vigente(s) e em execução, na data de publicação deste Edital, demonstrando que a(o) licitante administrou/gerenciou contratos abrangendo, no mínimo, 17 (dezessete) empregadas(os), executando serviços no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem com o Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. A(O) pregoeira(o) poderá solicitar cópia(s) do(s) contratado(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s).

9.4.2 É possível que o(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica faça(m) referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que já atendido o requisito temporal: execução mínima de 12 (doze) meses, considerando-se para tanto a data de abertura da sessão pública deste Pregão.

9.4.3 Será aceito o somatório de atestados que comprovem que a(o) licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a **12 (doze) meses** ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.6, b).

9.4.3.1 Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os **12 (doze) meses** serem ininterruptos ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.6.1).

9.4.3.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.8).

9.4.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente.

9.4.5 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.4.6 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

9.4.7 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos:

9.4.7.1 Pela(o) própria(o) licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a(o) licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

9.4.7.2 Por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.4.7.2.1 Considera(m)-se pertencente(s) ao mesmo grupo empresarial a(s) empresa(s) controlada(s) pela empresa proponente ou sua(s) controladora(s), ou que tenha(m) pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica sócia da empresa emitente do documento previsto no item **9.4.1**.

9.4.8 A(O) licitante deverá, ainda, apresentar:

9.4.8.1 Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a(o) licitante exerce exclusivamente a atividade de segurança privada.

9.4.8.2 Autorização ou revisão de autorização para funcionamento, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, nos termos previstos na Lei 14.967/2024 e na Portaria DG/PF nº 18.045/2023, e suas alterações posteriores.

9.4.8.3 Certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos previstos na Portaria DG/PF nº 18.045/2023, e suas alterações posteriores.

9.4.8.4 Comprovação de Comunicação do início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, conforme artigo 40, § 1º, da Lei 14.967/2024.

9.4.9 As(Os) licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

9.4.10 O TRE/SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item **8.9**.

CLÁUSULA DÉCIMA DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.8 Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotado(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) [quando existente(s)], o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.

11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.

11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação das(os) interessadas(os).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

12.2 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.

12.3 Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.

12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Contrato no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública**, **exclusivamente** por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

13.1.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará as(os) participantes e a Administração**.

13.2.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.

13.2.2 A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Equipe de Planejamento da Contratação.

13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)

14.1 À(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:

14.1.1 Impedimento de licitar e de contratar com a União:

14.1.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

14.1.1.2 Por até 4 (quatro) meses:

a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

b) Quando não mantiver a proposta.

b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

14.1.1.3 Por até 12 (doze) meses, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo instrumento contratual (Nota de Empenho ou Contrato).

14.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:

14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.

14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.

14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4 Para aplicação das sanções previstas deve ser instaurado processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(duas)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4.1 A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.

14.7 A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

14.8 Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá:

14.8.1 À Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.

14.8.2 À Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.

14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/99.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (<http://www.gov.br/compras>).

16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas do Serviço e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

16.11 Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II - Especificações Técnicas dos Serviços (ETS).

16.11.3 Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.11.3.1 Anexo III-A - Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço.

16.11.4 Anexo IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço.

16.11.5 Anexo V - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16.11.6 Anexo VI - Termo de Ciência.

16.11.7 Anexo VII - Minuta de Contrato.

16.12 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.

16.13 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

I. DADOS DO PROCESSO	
1.1 Processo:	
0005582-61.2025.6.25.8000	
1.2 Objeto:	
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe.	
1.3 Unidade Solicitante:	
Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS	
1.4 Unidade(s) Demandante(s):	
Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS	
1.5 Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Demandante: Moyses Dantas Teixeira e, na sua ausência, Levi Alves Mota	Unidade: NIS
Integrante Técnica(o): Levi Alves Mota e, na sua ausência, Moyses Dantas Teixeira	Unidade: NIS
Integrante Administrativa(o): Ricardo Loeser de Carvalho Filho e, na sua ausência, Valéria Maria dos Santos	Unidade: ASPLAN/SAO
1.6 Fiscais Previamente Indicados	
Fiscal Técnica(o): Moyses Dantas Teixeira e, na sua ausência, Levi Alves Mota	Unidades: NIS
Fiscal Administrativa(o): Kátia de Barros Bonfim ou substituta(o) designada(o)	Unidade: NAF
Fiscais Setoriais: Não se aplica	Unidade: Não se aplica
Gestor do Contrato: Luciano José Andrade Melo e, na sua ausência, Marcos Vinicius Santos Muniz Prado	Unidade: COSER

II – SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
1. OBJETO 1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA 1.2 DETALHAMENTO DO SERVIÇO 1.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO 1.4 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	artigo 6º, XXIII, a
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO 2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO 2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO 2.3 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE LICITAÇÃO POR ITEM	artigo 6º, XXIII, b
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	artigo 6º, XXIII, c
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 4.1 REQUISITOS GERAIS 4.2 SUSTENTABILIDADE 4.3 SUBCONTRATAÇÃO 4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO 4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL 4.6 VISTORIA PRÉVIA 4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS 4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	artigo 6º, XXIII, d

II – SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Lei 14.133/2021
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO 5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO 5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO 5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES 5.4 OBRIGAÇÕES DA(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES 5.5 TREINAMENTO	artigo 6º, XXIII, e
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 6.1 CONDIÇÕES GERAIS 6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO 6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO 6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO 6.5 REPACTUAÇÃO/REAJUSTE CONTRATUAL 6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO 6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO 6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO	artigo 6º, XXIII, f
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO 7.1 MEDIÇÃO 7.2 LIQUIDAÇÃO 7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO 7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO 7.5 CESSÃO DE CRÉDITO	artigo 6º, XXIII, g
8. REGRAS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR) 8.1 FORMA DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR) 8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO 8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL 8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS 8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO	artigo 6º, XXIII, h
9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO	artigo 6º, XXIII, i
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	artigo 6º, XXIII, j
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	
12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

1.1.1 O objeto deste Termo de Referência constitui-se na especificação completa e na definição de requisitos e de parâmetros para a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTÍNUOS, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA, A SEREM PRESTADOS NOS PRÉDIOS E ÁREAS UTILIZADAS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE SERGIPE** nos termos das tabelas abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE / LOCAL	TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS
1	23795	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA - 24 HORAS DIURNAS	Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, localizada no Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, s/n, bairro América, Aracaju-SE	Vigilância ARMADA, 12x36 horas, NOTURNO	POSTO DE TRABALHO	3
				Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO		3
			Fórum Aloísio de Abreu Lima, sede dos Cartórios Eleitorais da Capital	Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO		1
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais CAPITAL		1

		Sede dos Cartórios Eleitorais do interior do estado, localizados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Capela, Carira, Itaporanga, Itabaiana, Cristinápolis, Campo do Brito, Estância, Umbaúba, Tobias Barreto, Ribeirópolis, Simão Dias, Porto da Folha, Lagarto, Gararu, Maruim, Nossa Senhora do Socorro e Canindé de São Francisco	Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais INTERIOR DO ESTADO	19
--	--	--	---	----

Tabela 1 - Descrição da solução

1.2 DETALHAMENTO DO SERVIÇO

ITEM DO PREGÃO ELETRÔNICO	CÓDIGO SIASG/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO (componentes do objeto)		QUANTIDADE (A)	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO	VALOR MENSAL DO POSTO (B)	VALOR MENSAL TOTAL DOS POSTOS (C=AxB)	VALOR TOTAL DOS POSTOS P/ 12 MESES (D=Cx12)		
1	23795 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA - 24 HORAS DIUTURNAS	Posto de trabalho	Vigilante	Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	3 Postos (6 vigilantes)	60 meses	R\$ 14.778,36	R\$ 44.335,08	R\$ 532.020,96		
				Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	4 Postos (8 vigilantes)		R\$ 12.079,32	R\$ 48.317,28	R\$ 579.807,36		
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Aracaju	1 Posto (1 vigilante)		R\$ 5.794,76	R\$ 5.794,76	R\$ 69.537,12		
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 5%	17 Postos (17 vigilantes)		R\$ 5.634,69	R\$ 95.789,73	R\$ 1.149.476,76		
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 4%	1 Posto (1 vigilante)		R\$ 5.573,68	R\$ 5.573,68	R\$ 66.884,16		
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 3%	1 Posto (1 vigilante)		R\$ 5.513,97	R\$ 5.513,97	R\$ 66.167,64		
				SUBTOTAL						R\$ 205.324,50	R\$ 2.463.894,00
				Horas Extras Eleições 2026 / 2028 / 2030 (9.800)							
		VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (60 MESES)									

OBS. 1: A alíquota de 5% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços em Aracaju.

OBS. 2: A alíquota de 5% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços nas seguintes localidades do interior: Sedes das Zonas Eleitorais situadas i de Aquidabã (3ª), Capela (5ª), Carira (29ª), Itaporanga d’Ajuda (31ª), Itabaiana (9ª), Cristinápolis (30ª), Campo do Brito (24ª), Estância (6ª), Umbaúba (35ª), Tol (23ª), Ribeirópolis (26ª), Simão Dias (22ª), Porto da Folha (18ª), Lagarto (12ª), Maruim (14ª), Nossa Senhora do Socorro (34ª) e Canindé de São Francisco (28ª).

OBS. 3: A alíquota de 4% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços na Sede da Zona Eleitoral situada no municípios de Gararu (8ª).

OBS. 4: A alíquota de 3% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços na Sede da Zona Eleitoral situada no municípios de Boquim (4ª).

Tabela 2 - Detalhamento do serviço

1.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 O Estudo Técnico Preliminar (disponível para consulta em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>) demonstra que o objeto desta contratação apresenta as seguintes características:

1.3.1.1 Trata-se de **SERVIÇO COMUM**, nos termos previstos no artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021; e

1.3.1.2 Enquadra-se como **SERVIÇO CONTÍNUO**, nos termos previstos no artigo 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021, pois deve ser realizado ininterruptamente, e sua paralisação poderá impactar no bom funcionamento das instalações de todas as unidades do TRE/SE.

1.3.2 A contratação dos serviços adotará como regime de execução a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do artigo 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/2021.

1.3.3 O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da data indicada no Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.3.4 O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.4 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.4.1 O escopo da contratação envolve a prestação de serviço de vigilância e segurança armada e desarmada, mediante POSTOS DE TRABALHO, de forma contínua, em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, devendo observar os requisitos da legislação vigente, as normas internas do TRE/SE e as regras previstas no Ato Convocatório e em seus anexos.

1.4.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá observar as seguintes diretrizes gerais:

- a. contratar, disponibilizar e gerir, de forma permanente e contínua, profissionais para compor a equipe exclusiva de prestação do serviço à Instituição.
- b. garantir a prestação dos serviços nos locais de atuação de forma continuada.
- c. fornecer fardamento, materiais e equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários e suficientes à prestação do serviço objeto da contratação.
- d. garantir a integral prestação dos serviços previstos na contratação, bem como disponibilizar informações/documentos para viabilizar a avaliação periódica da qualidade do serviço prestado.
- e. responsabilizar-se pelo cumprimento integral, irrestrito e tempestivo de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais em relação à equipe de profissionais exclusivas(os) que prestem serviço à Instituição.
- f. responsabilizar-se pelo cumprimento integral, irrestrito e tempestivo de todas as obrigações fiscais, comerciais e financeiras decorrentes da contratação.
- g. realizar o controle da prestação dos serviços pela equipe de profissionais postas(os) à disposição da Instituição.
- h. possibilitar a fiscalização pelo TRE/SE quanto aos recursos humanos alocados à contratação, viabilizando, sobretudo, o atendimento de mecanismos/rotinas para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais.
- i. proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa.
- j. disponibilizar profissional qualificada(o) para a execução das atividades relativas à contratação.
- k. indicar Preposta(o) para conferir se a(o) ocupante do posto cumpre ou não as atividades, as diretrizes e as obrigações estabelecidas a contento.
- l. observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e às normas internas de segurança e saúde referentes ao trabalho.
- m. treinar e capacitar periodicamente suas(seus) empregadas(os) no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como na prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.
- n. administrar situações emergenciais referentes a acidentes, mitigando os impactos às(aos) empregadas(os), colaboradoras(es), usuárias(os) e ao meio ambiente.
- o. executar todas as demais obrigações previstas na contratação.

1.4.3 Todas as especificações relativas à prestação dos serviços, rotinas, procedimentos, atividades, controles e condições de execução, como também fardamentos, equipamentos e materiais que deverão ser eventualmente fornecidos e mantidos durante todo o período de execução da contratação constam do Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

2.1.1 Os serviços de vigilância são essenciais para a proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e para assegurar a integridade física das(os) magistradas(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es) no desempenho de suas atividades, e, ainda, daquelas(es) que eventualmente transitarem pelas instalações da Justiça Eleitoral de Sergipe, ou seja, dar a todos as(os) envolvidas(os) na execução das competências incumbidas a este Órgão a segurança necessária para o exercício de suas atribuições.

2.1.2 O artigo 5º da **Lei Nº14.967/2024** descreve as atividades que são consideradas como segurança privada:

"Art. 5º. Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, para os fins desta Lei, nos termos de regulamento:

- I - vigilância patrimonial;*
- II - segurança de eventos em espaços de uso comum do povo;*
- III - segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos;*
- IV - segurança perimetral nas muralhas e guaritas;*
- V - segurança em unidades de conservação;*
- VI - monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores;*
- VII - execução do transporte de numerário, bens ou valores;*
- VIII - execução de escolta de numerário, bens ou valores;*
- IX - execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas;*
- X - formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada;*
- XI - gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores;*
- XII - controle de acesso em portos e aeroportos;*
- XIII - outros serviços que se enquadrem nos preceitos desta Lei, na forma de regulamento".*

2.1.3 Em atenção às atividades de segurança institucional, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 435/2021 e estabeleceu, dentre tantas outras medidas mínimas de segurança que os Tribunais adotem policiamento ostensivo com inspetoras(es) e agentes da polícia judicial, sem prejuízo da atuação acessória de serviço de vigilância privada, nas áreas de interesse dos tribunais e adjacências (artigo 14, VIII).

2.1.4 A Portaria 443/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, prevê que no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, serviços de segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio (artigo 1º, inciso XXI)

2.1.5 Atualmente, apenas para o serviço de vigilância patrimonial, identifica-se a necessidade de 27 (vinte e sete) postos para atender as necessidades do TRE/SE, sendo necessários 34 (trinta e quatro) profissionais para ocuparem tais postos.

2.1.6 A Resolução Administrativa TRE/SE 48/2023 prevê a contratação de serviços de vigilância com a finalidade de zelar pela segurança patrimonial das Unidades deste Tribunal.

"Art. 104. A vigilância contratada, sob supervisão da(o) administradora(or) de cada local ou da(o) integrante do GTSO, deverá zelar pela segurança patrimonial nos Fóruns Eleitorais, sem prejuízo da responsabilidade das(os) servidoras(es) pela utilização e controle dos bens sob sua guarda e seus objetos de uso pessoal."

2.1.7 Como se vê, a contratação se dá em face da necessidade da prestação dos serviços de vigilância, uma vez que o TRE/SE precisa prover as suas

Unidades no Estado do mínimo de presença humana, objetivando salvaguardar a segurança das(os) servidoras(es), colaboradoras(es) e clientes, que por ali transitem, bem como a integridade física das instalações, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ 435/2021.

2.1.8 A contratação almejada visa dar continuidade aos serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, que já são atualmente prestados por meio do Contrato 21/2020, cujo prazo de vigência completará 60 meses em dezembro/2025.

2.1.9 Outra razão é de que o TRE/SE não possui, em seu quadro de pessoal, cargos efetivos com atribuições para a execução dos serviços objeto desta contratação, necessários para o regular desenvolvimento de suas atividades.

2.1.10 Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversas(os) fornecedoras(es) e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2.1.11 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507/18, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no artigo 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.1.12 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre as(os) empregados da(o) CONTRATADA(O) e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estas(es) que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.2.1 A prestação do serviço de vigilância e segurança armada e desarmada é essencial para o órgão, pois assegura as condições básicas de funcionamento do TRE/SE e contribui para o cumprimento da missão institucional. De fato, a contratação almejada propicia ambiente adequado e seguro, garantindo o bem estar tanto do público interno quanto do público externo.

2.2.2 Entende-se que as atividades desenvolvidas na Instituição estão diretamente ligadas ao alcance dos Macrodesafios traçados no Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE/SE. Para estruturar os objetivos estratégicos foram definidas três Perspectivas: Sociedade; Processos internos e Aprendizado e crescimento. Neste diapasão, conforme a análise de cenários prevista na Resolução TRE/SE 5/2021, esta contratação guarda relação com os Macrodesafios:

Macrodesafio 2 - Fortalecimento da relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade, incluído na Perspectiva de Sociedade. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE garantir a segurança nas suas instalações;

Macrodesafio 7 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária incluído na Perspectiva de Processos Internos. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE possuir ambiente favorável ao desempenho das atividades;

Macrodesafio 9 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, incluído na Perspectiva de Aprendizado e crescimento. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE possuir disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano Anual de Contratações.

2.2.3 A demanda pelos serviços de vigilância e segurança armada e desarmada, consta do Plano de Contratações Anual - PCA 2026, elaborado consoante a proposta orçamentária aprovada para o exercício 2026.

2.3 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE LICITAÇÃO POR ITEM

2.3.1. Trata-se de uma solução unificada de segurança, cujo objeto apresenta inviabilidade de separação, dentro de um mesmo ambiente/espço. Entretanto considerando as características dos serviços, sua forma de execução, natureza dos postos de trabalho e precificação, os serviços serão separados individualmente dentro do ITEM.

2.3.2 Assim os serviços serão subdivididos, em razão dos tipos de escalas dos postos de vigilância considerando a diferenciação de preços entre as escalas e localização, conforme item 1.1.1.

2.3.3 Em que pese a prestação/execução dos serviços em endereços distintos, conforme quadros demonstrativos de distribuição constantes do item 1.1.1 deste Termo de Referência, a contratação centralizada dessas localidades, bem como o agrupamento dos itens/serviços é a forma de contratação mais vantajosa para a Administração, considerando que:

a) a peculiaridade dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado (um posto por Município) que não despertam tanto interesse das empresas do ramo e que desde já poderia ensejar deserção de lotes individuais ou regionais;

b) os custos administrativos das empresas em operacionalizar um ou poucos postos (por região) certamente são maiores do que se utilizarmos um lote/item único sendo, portanto, medida antieconômica para a Administração.

c) a separação poderá resultar em valores distintos para os mesmo tipos de postos, onerando a vigilância das localidades com previsão de menos postos por potencial redução da competitividade;

d) a gestão do contrato de forma centralizada diminui o custo administrativo, tais como: recursos humanos (fiscalização e formalidades), análises jurídicas, publicações de extrato de termos aditivos e etc.

e) ser temerário para o conjunto dos serviços que o controle da Administração de tais postos pelo gestor, fiscal ou fiscais ao ter que possivelmente tratar com várias empresas sobre as diretrizes de segurança, com vários prepostos, prejudicando assim a celeridade que questões críticas de segurança demandam;

f) o agrupamento das localidades de prestação dos serviços, aumenta significativamente a quantidade de postos, que além de ser mais atrativo para os licitantes, podemos obter melhores preços em razão do ganho de escala.

2.3.4 Diante do exposto, conclui-se que o agrupamento das localidades de prestação dos serviços e dos itens em função das escalas é vantajosa para esta Instituição, tendo melhor aproveitamento do mercado e, conseqüentemente, menores valores quando realizada a compra conjunta da solução, em consonância à Súmula 247 do TCU: "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala."

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição detalhada da solução que atenderá a demanda, bem como o quantitativo previsto para a contratação dos serviços constam do Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS GERAIS

4.1.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões exigidos neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

4.1.2 Para execução dos serviços, a(o) Contratada(o) deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações: Vigilante (CBO 5173-30).

4.1.3 A Empresa deverá apresentar à Gestão/Fiscalização do Contrato a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos, até a assinatura do contrato.

4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Os critérios de sustentabilidade ambiental que devem ser atendidos no decorrer da prestação dos serviços estão indicados no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

4.2.2 Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nesta contratação respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre as(os) licitantes e não restringem a competição.

4.3 SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 Não será permitida a subcontratação da execução do escopo contratual.

4.3.2 Não será admitida a transferência total a terceiras pessoas, a qualquer título, da execução dos serviços objeto da contratação.

4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor anual do Contrato, dentre as modalidades a seguir:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.4.1.1 Para efeito do disposto neste item, o valor anual corresponde ao *Valor Total do Contrato* dividido por CINCO (prazo inicial de vigência do Contrato).

4.4.2 O percentual previsto no item **4.4.1** justifica-se haja vista os riscos envolvidos na contratação, especialmente aqueles referentes ao pagamento de verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias, e sobre o FGTS, observada a legislação que rege a matéria (artigo 98, parágrafo único da Lei 14.133/2021).

4.4.3 Os procedimentos atinentes à garantia da execução estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no [Capítulo II, do Título III, da Lei 14.133/2021](#).

4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.5.1 Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.6 VISTORIA PRÉVIA

4.6.1 **NÃO É OBRIGATÓRIA** avaliação prévia dos locais correspondentes à execução dos serviços, entretanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria.

4.6.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes às(aos) interessadas(os) em realizar a vistoria, devendo ser realizado agendamento prévio através do telefone (79) 3209-8762 e/ou do e-mail: nis@tre-se.jus.br.

4.6.3 Para a vistoria, a(o) representante legal da empresa ou a(o) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

4.6.3.1 A(O) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.6.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a(o) CONTRATADA(O) assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.7.1 Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, nos termos do Termo de Conciliação Judicial, firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União, de 5/6/2003, e de acordo com o impedimento legal previsto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 14.967/2024 .

4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.8.1 Não é admitida a participação de interessadas(os) que se apresentem constituídas(os) sob a forma de consórcio, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 A execução dos serviços objeto da contratação deverá ser realizada diretamente pela(o) CONTRATADA(O), por intermédio de profissionais pertencentes ao seu quadro de pessoal devidamente habilitadas(os), devidamente qualificadas(os) e aptas(os) para o exercício regular de tais atividades, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste Termo de Referência (e nos demais Anexos ao Ato Convocatório) e a legislação pertinente, bem como em observância às boas práticas operacionais, às normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, às normas internas da Instituição, entre outras.

5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

5.2.1 A contratação será firmada inicialmente com o prazo de vigência de **60 (sessenta) meses**, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar e consoante o permissivo do [art. 106](#) da Lei 14.133/2021.

5.2.2 A contratação poderá ser prorrogada, por sucessivos períodos, limitada à vigência total de 10 (dez) anos, mediante formalização de TERMO ADITIVO, desde que sejam observados os requisitos/condições estabelecidos no [art. 107](#) da Lei 14.133/2021.

5.2.2.1 As condições e regras atinentes à prorrogação do prazo de contratação estão detalhadas no Instrumento Contratual.

5.2.3 O Contrato poderá ser assinado com previsão de início de vigência futura a partir da emissão de ordem de serviço e efetiva prestação dos serviços, objetivando permitir uma adequada transição contratual.

5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES

5.3.1 Obrigações do TRE/SE:

5.3.1.1 Emitir Nota de Empenho.

5.3.1.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

5.3.1.3 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

5.3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado.

5.3.1.5 Receber e conferir os serviços em conformidade aos prazos fixados neste Instrumento e no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

5.3.1.6 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento e no Contrato.

5.3.1.7 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).

5.3.1.8 Realizar as avaliações previstas no **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**.

5.3.1.9 Assegurar o acesso às suas dependências das(os) profissionais incumbidas(os) do fornecimento/execução do objeto, desde que se apresentem devidamente identificadas(os) e que respeitem as normas internas segurança e disciplina do TRE/SE.

5.3.1.10 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)).

5.3.1.10.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.3.1.11 Notificar as(os) emitentes das garantias quanto ao início de eventual processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º da Lei 14.133/2021](#)).

5.3.2 Vedações aplicáveis ao TRE/SE:

5.3.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da(o) CONTRATADA(O), tais como:

5.3.2.1.1 Exercer o poder de mando sobre as(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), devendo reportar-se somente à(ao) Preposta(o) ou a pessoa(s) responsável(eis) por ela(e) indicada(s).

5.3.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.3.2.1.3 Promover ou aceitar o desvio de funções de trabalhadoras(es) da(o) CONTRATADA(O), mediante a sua utilização em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual a(o) trabalhadora(trabalhador) foi contratada(o).

5.4 OBRIGAÇÕES DA(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES

5.4.1 A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além do cumprimento de condições previstas em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos anexos ao Ato Convocatório, deve atender às obrigações previstas na fase pré-contratual e às obrigações gerais e específicas indicadas nesta cláusula.

5.4.1.1 Durante a fase pré-contratual, a(o) ADJUDICATÁRIA(O) obriga-se a(o):

5.4.1.1.1 Indicar a garantia contratual, consoante os termos e condições fixados neste Instrumento e no Contrato.

5.4.1.1.2 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

5.4.1.1.3 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.1.3.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024](#).

5.4.1.1.3.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18/2024 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Previdência Social na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

5.4.1.1.3.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

5.4.1.1.3.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

5.4.1.1.4 Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para esse fim.

5.4.1.1.4.1 A(O)s representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar, caso necessário, cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

5.4.1.1.5 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.1.6 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Contrato.

5.4.1.1.7 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Contrato.

5.4.1.1.8 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da Portaria PGFN n.º 819/2023.

5.4.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender as seguintes obrigações:

5.4.1.2.1 Obrigações gerais:

5.4.1.2.1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Instrumento e da proposta de preços apresentada, com a alocação das(os) empregadas(os) necessárias(os) ao perfeito cumprimento do Contrato, além de fornecer, quando for o caso, os uniformes, crachás, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços, com a qualidade e a quantidade especificadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação.

5.4.1.2.1.2 **Arcar com a responsabilidade decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da(o) CONTRATADA(O), independentemente da ação de fiscalização do Tribunal.**

5.4.1.2.1.3 Responsabilizar-se pelo pagamento da mão de obra e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes dos serviços contratados.

5.4.1.2.1.4 Apresentar às(aos) agentes de fiscalização do TRE/SE os modelos do uniforme e do crachá a serem utilizados nos serviços, antes de sua aplicação, para análise e aprovação.

5.4.1.2.1.4.1 Não serão aceitos os serviços executados e eventuais materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.4.1.2.1.5 Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da Contratação.

5.4.1.2.1.5.1 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à sua execução.

5.4.1.2.1.6 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança ou bens da(o) CONTRATANTE e/ou de terceiras pessoas.

5.4.1.2.1.7 Promover a guarda e manutenção de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da contratação.

5.4.1.2.1.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.4.1.2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando às(aos) agentes de fiscalização do TRE/SE qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.4.1.2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.4.1.2.1.9** transferirá à(ao) CONTRATADA(O) todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.4.1.2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções das(os) agentes de fiscalização do TRE/SE, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse da(o) CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.4.1.2.1.11 Indicar, no prazo de assinatura do Contrato, **5 (cinco) dias úteis**, preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

5.4.1.2.1.12 Comunicar às(aos) agentes de fiscalização do TRE/SE, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente de que tenha conhecimento, no local de realização dos serviços.

5.4.1.2.1.13 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.4.1.2.1.14 Executar os serviços nos prazos fixados neste Instrumento de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas indicadas pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE.

5.4.1.2.1.15 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do serviço sem interrupção nas ausências e em todas as hipóteses de afastamentos legais, quando deverá ocorrer a substituição do empregado, salientando-se que a(o) sua(seu) empregada(o) **não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com este Tribunal, não sendo possível o envio de trabalhadora(trabalhador) tipo diarista, sem vínculo empregatício com a empresa contratada.**

5.4.1.2.1.15.1 **Não será permitido enviar trabalhadores(es) tipo diarista**, sem vínculo empregatício com a empresa vencedora do certame e contratada para a execução do serviço solicitado neste Instrumento.

5.4.1.2.1.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, podendo este Tribunal, descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), o valor correspondente aos danos sofridos.

5.4.1.2.1.17 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as normas de segurança do TRE/SE.

5.4.1.2.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas estabelecidas pela legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de serviço e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.4.1.2.1.19 Utilizar empregadas(os) habilitadas(os) e com conhecimento básico do serviço a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.4.1.2.1.20 Cuidar para que suas(seus) empregadas(os) se apresentem devidamente uniformizadas(os) e identificadas(os) por meio de crachá.

5.4.1.2.1.21 Apresentar às(aos) agentes de fiscalização do TRE/SE, quando for o caso, a relação nominal das(os) empregadas(os) que adentrarão o órgão para a execução do serviço, contendo toda a identificação: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço, telefone residencial e/ou celular, comprovante de formação técnica específica da(o) profissional, por meio de cópia autenticada do certificado do curso de formação de vigilantes, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida.

5.4.1.2.1.21.1 Apresentar, no início da execução contratual, exames de condicionamento físico das(os) profissionais, realizados nos últimos 06 (seis) meses, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.

5.4.1.2.1.21.2 Qualificar eventuais substitutas(os), antes de assumirem os postos de trabalho, visando dar-lhes condições de executar as atividades em conformidade com as peculiaridades do CONTRATANTE.

5.4.1.2.1.22 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho definida para a categoria profissional contratada.

5.4.1.2.1.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho (se houver) ou (conforme for) equivalentes da categoria abrangida pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não será transferida às expensas do TRE/SE.

5.4.1.2.1.24 Instruir suas(seus) empregadas(os) a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-as(os) a não executarem atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a(o) CONTRATADA(O) relatar ao TRE/SE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.4.1.2.1.25 Instruir suas(seus) empregadas(os) quanto à prevenção de incêndios nas áreas do TRE/SE.

5.4.1.2.1.26 Instruir suas(seus) empregadas(os) quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do TRE/SE.

5.4.1.2.1.27 Apresentar, quando solicitado pelo TRE/SE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para prestar serviços ao TRE/SE.

5.4.1.2.1.27.1 O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

5.4.1.2.1.28 Atender às solicitações das(os) agentes de fiscalização do TRE/SE quanto à substituição das(os) empregadas(os) alocadas(os), no prazo fixado pela fiscalização da contratação, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência e no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

5.4.1.2.1.29 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por suas(seus) empregadas(os) e lhes fornecer os equipamentos de segurança eventualmente necessários, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.4.1.2.1.29.1 Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), quando alguém do seu pessoal sofrer acidente de trabalho, acidente de trajeto e doença profissional.

5.4.1.2.1.30 Guardar sigilo sobre todas as informações eventualmente obtidas em decorrência do cumprimento da contratação.

5.4.1.2.1.31 Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.1.2.1.32 Informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone que disponha da funcionalidade WhatsApp para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais.

5.4.1.2.1.33 Observar os termos da [Lei 13.709/2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução TRE/SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.4.1.2.1.34 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Contrato.

5.4.1.2.1.35 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4.1.2.1.36 Apresentar, quando couber, complementação de garantia.

5.4.1.2.1.37 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz e para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social ([art. 116, da Lei 14.133/2021](#); [Resolução CNJ 497/2023](#)).

5.4.1.2.1.37.1 Para efeito de cumprimento da(s) cota(s) reservada(s) para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, indica-se o Núcleo de Apoio ao Trabalhador - NAT.

5.4.1.2.1.37.2 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, sempre que solicitado pela Gestão/fiscalização da contratação, com a indicação das(os) empregadas(os) que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021](#)).

5.4.1.2.1.37.3 A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no **item 5.4.1.2.1.37**.

5.4.1.2.1.38 Assinar **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e cuidar para que todas(os) as(os) empregadas(os) diretamente associadas(os) à contratação assinem o **Termo de Ciência**, ambos anexados ao Ato convocatório.

5.4.1.2.1.38.1 O acesso às dependências do TRE/SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no **item 5.4.1.2.1.38**.

5.4.1.2.2 Obrigações específicas de contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra:

5.4.1.2.2.1 Apresentar às(aos) agentes de fiscalização da contratação a relação das(os) profissionais que serão integradas(os) à equipe permanente de prestação dos serviços, inclusive com indicação das respectivas qualificações pessoais e formações profissionais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome completo, categoria funcional, horário de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Digital e Registro do Contrato de Trabalho no sistema E-SocialWeb das(os) empregadas(os) admitidas(os) e das(os) responsáveis técnicas(os) pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela(o) CONTRATADA(O).

c) Exames médicos admissionais das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) que prestarão os serviços.

5.4.1.2.2.1.1 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para toda(o) e qualquer nova(o) empregada(o) que se vincule à prestação da contratação.

5.4.1.2.2.1.2 De igual modo, o desligamento de empregadas(os) no curso do Contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente à(o) empregada(o) dispensada(o), à semelhança do que se exige quando do encerramento contratual.

5.4.1.2.2.2 Iniciar a prestação dos serviços na data determinada pela FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, alocando as(os) profissionais nos respectivos postos de trabalho e horários fixados.

5.4.1.2.2.2.1 Informar à FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, em tempo hábil, qualquer motivo que as(os) impossibilite de assumir as atribuições, conforme o estabelecido.

5.4.1.2.2.3 Manter a(o) empregada(o) no local de serviço durante os horários predeterminados pela(o) CONTRATANTE, providenciando a substituição de terceirizada(o) faltosa(o) no prazo máximo de **2 (duas) horas**, devendo identificar previamente a(o) profissional substituta(o) A(O) FISCAL TÉCNICA(O) do TRE/SE, garantindo sempre a continuidade da prestação de serviços.

5.4.1.2.2.3.1 Manter suas(seus) empregadas(os) informadas(os) sobre as normas disciplinares do TRE/SE, substituindo-as(os), no prazo indicado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, quando consideradas(os) inconvenientes pelo CONTRATANTE.

5.4.1.2.2.3.1.1 A(O) substituta(o) somente será aceita(o) após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento, desde que esteja devidamente identificada(o) e com seus EPI's.

5.4.1.2.2.3.1.2 Qualquer substituição de funcionária(o) deverá ser previamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.4.1.2.2.4 Providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para todas(os) as(os) empregadas(os) terceirizadas(os) envolvidas(os) na prestação dos serviços.

5.4.1.2.2.5 Providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de todas(os) as(os) terceirizadas(os) envolvidas(os) na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e FGTS.

5.4.1.2.2.6 Prover condições e adotar providências para que todas(os) as(os) empregadas(os) tenham meios de acesso livre e permanente aos sistemas de consulta de saldos, movimentações e recolhimentos referentes aos seus direitos trabalhistas e sociais, a fim de fornecê-los à FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, quando solicitado.

5.4.1.2.2.7 Cumprir integralmente e responsabilizar-se por todos os encargos sociais e obrigações trabalhistas fixados na legislação vigente, assim como em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa, a exemplo das seguintes medidas:

5.4.1.2.2.7.1 Efetuar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio-alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e nas convenções coletivas de trabalho – CCT) das(os) trabalhadoras(es) rigorosamente até o **5º (quinto)** dia útil do mês subsequente ao da competência, independentemente do pagamento da fatura mensal pela(o) CONTRATANTE, e com observância a todos os valores e percentuais estabelecidos na legislação vigente e nas normas coletivas aplicáveis.

5.4.1.2.2.7.2 Realizar o pagamento mensal do vale-transporte das(os) trabalhadoras(es) rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes.

5.4.1.2.2.7.3 Efetuar o pagamento do 13º salário, das férias e das verbas rescisórias devidas às(a os) trabalhadoras(es) rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos na legislação e nas normas coletivas vigentes, observando integralmente os percentuais, valores e condições nelas previstos.

5.4.1.2.2.7.4 Efetuar, mensalmente, o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS devidas às(a os) trabalhadoras(es), em rigorosa

conformidade com os prazos, percentuais e valores estabelecidos na legislação vigente e nas normas coletivas aplicáveis.

5.4.1.2.2.7.5 Fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o).

5.4.1.2.2.8 Fornecer, **mensalmente** à(o) CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas das(os) terceirizadas(os) colocadas(os) à disposição da(o) CONTRATANTE, particularmente por meio da apresentação de cópias dos seguintes documentos, em relação ao(s) mês(es) de pagamento da fatura de prestação de serviços:

- a) Folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação do serviço, em que conste como tomador a(o) CONTRATANTE;
- b) Contracheques das(os) terceirizadas(os) relativos a qualquer mês da prestação dos serviços;
- c) Comprovantes de depósitos bancários de pagamento de remunerações e demais verbas trabalhistas;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada(o) por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- e) Comprovantes dos recolhimentos das obrigações trabalhistas e contribuições previdenciárias;
- f) Extratos das contas do FGTS, PIS e INSS, emitidos por meio do Cartão Cidadão das(os) empregadas(os);
- g) Registro de ponto;
- h) Outros documentos que a Fiscalização Administrativa indique.

5.4.1.2.2.10 Apresentar, quando necessária, a documentação exigida pela unidade do Banco do Brasil indicada pela(o) CONTRATANTE para fins de abertura da respectiva CONTA-DEPÓSITO VINCULADA.

5.4.1.2.2.10.1 Assinar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da(o) CONTRATANTE, os documentos de abertura da CONTA VINCULADA e termo que permita ao CONTRATANTE:

5.4.1.2.2.10.1.1 acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e

5.4.1.2.2.10.1.2 condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

5.4.1.2.2.10.2 A eventual cobrança de taxa ou tarifas para abertura e manutenção da CONTA VINCULADA depende das condições pactuadas no termo de cooperação firmado entre a(o) CONTRATANTE e o Banco do Brasil.

5.4.1.2.2.10.3 O prazo para assinatura dos documentos (item **5.4.1.2.2.10.1**) poderá ser prorrogado pelo TRE/SE, mediante justificativa formal da empresa contratada.

5.4.1.2.2.11 Fornecer as informações e documentos necessários à movimentação da CONTA VINCULADA quando da ocorrência dos eventos listados nos incisos I a V artigo 3º da Resolução CNJ 651/2025.

5.4.1.2.2.12 Orientar e exigir que todas(os) as(os) suas(seus) empregadas(os) forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização do TRE/SE, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS.

5.4.1.2.2.13 Caso o Banco do Brasil realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à(o) CONTRATADA(O).

5.4.1.2.2.14 Comprovar, após o fim da vigência contratual, o cumprimento de todas as obrigações previstas na legislação trabalhista e de previdência social, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Exames médicos demissionais das(os) profissionais prestadoras(es) de serviço pertencentes à equipe permanente da(o) CONTRATADA(O) (se for o caso);
- b) Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho e registro do desligamento no e-Social das(os) empregadas(os) prestadoras(es) de serviço, devidamente homologados (se for o caso);
- c) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; e,
- d) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregada(o) dispensada(o).

5.4.1.2.2.15 Fornecer todos os equipamentos mencionados no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS para o exercício profissional da categoria.

5.4.1.2.3 Obrigações específicas aplicáveis em razão da natureza do objeto contratado:

5.4.1.2.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cumprir as condições e obrigações previstas nos demais anexos ao Ato Convocatório, com destaque para aquelas constantes das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

5.4.1.2.3.2 Comprovar, a cada dois anos, a renovação da autorização de funcionamento pela Polícia Federal (artigo 40, II, a, da Lei 14.967/2024).

5.4.1.2.3.3 Comprovar, a qualquer momento em que for exigido pela Gestão/Fiscalização da Contratação, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes e Certificado de Curso de Reciclagem, expedido por instituição legalmente habilitada e reconhecida.

5.4.1.2.3.4 Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização, os serviços contratados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Instrumento e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

5.4.2 Vedações aplicáveis à(o) CONTRATADA(O):

5.4.2.1 Permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.2.2 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte da(o) CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

5.4.2.3 Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços ou do fornecimento de bens contratados, sem prévia autorização do TRE/SE.

5.4.2.4 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE/SE.

5.4.2.5 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.4.2.6 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.5 TREINAMENTO

5.5.1 A contratação não requer que a(o) CONTRATADA(O) realize treinamento de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por intermédio de **CONTRATO**, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do artigo 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais anexos ao Ato Convocatório.

6.1.2 A empresa adjudicatária será convocada por e-mail para, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, assinar o **CONTRATO**, sendo o termo inicial do prazo o dia útil seguinte ao encaminhamento da correspondente convocação.

6.1.2.1 A assinatura do Instrumento Contratual ocorrerá, preferencialmente, por via eletrônica, diretamente no sistema processual SEI – Sistema Eletrônico de Informações, de modo que a(o)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

6.1.3 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.3.1 É proibido ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução de serviço, inclusive na hipótese de posse de nova(o) titular no órgão.

6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas ao Contrato.

6.1.5 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a endereço de e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

6.1.6 Após a assinatura do Contrato ou de Instrumento equivalente, o TRE/SE poderá convocar a(o) representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da(o) CONTRATADA(O), quando houver, do método de aferição dos resultados/medição e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.7 O TRE/SE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 A execução contratual será fiscalizada e acompanhada por representantes do TRE/SE especialmente designadas(os) como *agentes de fiscalização*, ou por suas(seus) substitutas(os), permitida a contratação de terceiras pessoas para assisti-las(os) e subsidiá-las(os) com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (EFC) ou por FISCAL(IS) designadas(os) no Instrumento Contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.1.2 A GESTÃO (acompanhamento) do Contrato será realizada(o) por servidora(servidor) designada(o) como GESTORA(GESTOR) no Instrumento Contratual e/ou por ato normativo do TRE/SE e atuará em conformidade com as atribuições indicadas no respectivo instrumento/ato.

6.2.2 Quaisquer das(os) servidoras(es) designadas(os) para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual terão poderes para determinar a correção de inconsistências, propor alterações contratuais ou de procedimentos e solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.2.3 As(Os) agentes de fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.

6.2.3.2 Determinar, considerando os poderes que detêm, o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução da Contratação.

6.2.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Ato Convocatório (incluídos os seus Anexos), na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato.

6.2.3.5 Informar a suas(seus) superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.2.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las(os) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2.3.7 Propor a abertura do procedimento administrativo de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções, como também apresentar as provas das infrações cometidas e prestar informações durante a instrução processual.

6.2.4 A(O) CONTRATADA(O) deve atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.4.1 Deverá indicar Representante, a(o) qual será responsável pela gestão administrativa da contratação e deverá ter poderes para assinar requerimentos ou petições, formalizar Contrato e seus aditamentos, receber intimações e notificações, dentre outras.

6.2.4.2 Deverá manter Preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução da contratação.

6.2.4.3 Será obrigada(o) a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela eventualmente empregados.

6.2.4.4 Será responsável pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiras pessoas em razão da execução contratual, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela(o) CONTRATANTE.

6.2.4.4.1 Para registro de ocorrências diárias relativas à execução contratual, a(o) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar e manter formulário ou livro de ocorrências próprio.

6.2.4.5 Será a(o) ÚNICA(O) responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

6.2.4.5.1 A inadimplência da(o) CONTRATADA(O) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade pelo seu pagamento, ressalvada a hipótese do item **6.2.4.5.1.1**.

6.2.4.5.1.1 O TRE/SE responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da(o) CONTRATADA(O).

6.2.5 A qualidade do serviço prestado será medida, periódica e objetivamente, por meio da aplicação do **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**, com o objetivo de garantir uma prestação em padrões aceitáveis.

6.2.5.1 O IMR poderá ser revisto, a qualquer momento, por acordo entre as partes, visando melhor adequar-se à realidade da execução dos serviços ou para fins de atribuir maior eficácia na avaliação da qualidade dos serviços.

6.2.5.2 A(O) CONTRATADA(O) ficará sujeita(o) a eventual redução do pagamento da fatura mensal, proporcionalmente à qualidade dos serviços aferidos pelo IMR.

6.2.6 Os esclarecimentos solicitados pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser

fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.2.7 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE/SE ou pelas(os) agentes de fiscalização, poderá a(o) GESTORA(GESTOR), além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela(o) CONTRATADA(O).

6.2.7.1 Somente as(os) agentes de fiscalização do TRE/SE e suas(seus) superiores hierárquicas(os) têm autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

6.2.8 Qualquer solicitação feita pela(o) CONTRATADA(O) que esteja fora do escopo do objeto contratado não poderá ser realizada sem a análise das(os) agentes de fiscalização do TRE/SE.

6.2.9 O TRE/SE deverá emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

6.2.9.1 Salvo disposição legal que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente do TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.2.10 A(O) CONTRATADA(O), nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverá possibilitar a fiscalização pelo TRE/SE quanto aos recursos humanos alocados à contratação, viabilizando, sobretudo, o atendimento de mecanismos/rotinas para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, a exemplo das medidas previstas no [art. 121](#), §§ 3º e 4º da Lei 14133/2021 e Resolução CNJ [651/2025](#) (adoção da conta-depósito vinculada).

6.2.10.1 **O Instrumento Contratual detalhará as condições e regras atinentes aos seguintes mecanismos e rotinas de controle:**

6.2.10.1.1 Pagamento de remuneração e verbas trabalhista em conta bancária tipo salário individual.

6.2.10.1.2 Procedimentos e condições para utilização da conta-depósito vinculada.

6.2.10.1.3 Controle e fiscalização de pagamento de remuneração e verbas trabalhistas.

6.2.10.1.4 Controle e fiscalização de recolhimento de contribuições para o FGTS e previdenciárias.

6.2.10.1.5 Retenção e pagamento direto de remunerações e contribuições.

6.2.10.1.6 Acesso da FISCALIZAÇÃO da(o) CONTRATANTE a extratos das contas pessoais das(os) trabalhadoras(es) nos sistemas da Previdência Social, FGTS e Receita Federal do Brasil, emitidos por meio do Cartão Cidadão ou acesso via internet, para fins de controle e fiscalização da regularidade dos recolhimentos no período contratual.

6.2.10.1.7 Utilização da garantia contratual para pagamento de obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela(o) CONTRATADA(O).

6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.3.1 O objeto desta Contratação será recebido pelo TRE/SE, após avaliação de qualidade pelas(os) agentes de fiscalização, com a finalidade de verificar a adequação do serviço e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões que se fizerem necessários.

6.3.2 Ao final de cada período de faturamento (critério mensal), a(o) CONTRATADA(O) apresentará comunicação escrita informando o fato às(aos) agentes de fiscalização do TRE/SE, com a indicação/comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

6.3.2.1 O primeiro faturamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação do serviço e o último dia desse mês, e os subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

6.3.3 As(Os) FISCALIS competentes realizarão o **recebimento provisório** do objeto da Contratação no prazo de **5 (cinco) dias**, mediante termos detalhados que comprovem/atestem o cumprimento das exigências de caráter técnico e de caráter administrativo, conforme as seguintes diretrizes:

a) Avaliação de caráter técnico - a(o) FISCAL irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à(o) CONTRATADA(O), registrando em relatório/termo detalhado a ser encaminhado à(o) GESTORA(GESTOR) da Contratação ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

b) Avaliação de caráter administrativo - a(o) FISCAL irá verificar a manutenção das condições de habilitação da(o) CONTRATADA(O) e o atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devendo apontar eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa e registrar em relatório/termo detalhado a ser encaminhado à(o) GESTORA(GESTOR) da Contratação ([Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.3.3.1 O prazo fixado nesse item será contado do recebimento de comunicação/documentos oriunda/os da(o) CONTRATADA(O).

6.3.3.2 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade que ainda possa ser sanada, a(o) FISCAL competente, previamente à emissão do relatório/termo detalhado, emitirá notificações diretamente à(o) CONTRATADA(O) para a correção da falha detectada, determinando prazo para o cumprimento da providência.

6.3.3.3 Após tais providências, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas(os) agentes de fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas, e o encaminhará à(o) representante da(o) CONTRATADA(O), para ciência.

6.3.3.4 A(O) CONTRATADA(O) fica obrigada(o) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais eventualmente empregados.

6.3.3.5 O recebimento provisório relativo ao último mês da execução da Contratação fica condicionado também à comprovação do pagamento de todas as remunerações, verbas rescisórias e demais obrigações sociais e trabalhistas, referentes às rescisões e direitos de todas(os) as(os) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) envolvidas(os) na execução dos serviços em tela.

6.3.4 Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, pela(o) GESTORA(GESTOR) da Contratação, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.3.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela(o)s EFC/FISCAL(IS), e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(o) CONTRATADA(O), por escrito, as respectivas correções.

6.3.4.2 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela(o)s EFC/FISCAL(IS) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela(o) CONTRATADA(O), com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do checklist de atesto de cumprimento de obrigações ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.3.4.3 Emitir Termo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.3.4.4 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelas(os) agentes de fiscalização.

6.3.4.4.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.3.5 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.3.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Ato Convocatório e de seus Anexos ou da proposta da(o) CONTRATADA(O), devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo TRE/SE, às custas da(o) CONTRATADA(O), sem prejuízo do desconto/dedução resultante do redimensionamento do valor devido indicado no IMR e da aplicação das sanções cabíveis.

6.3.6.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE, poderá a(o) CONTRATANTE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a(o) CONTRATADA(O) faça jus.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo e a fiscalização da contratação, a ser exercida no interesse do TRE/SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela(e) causados, por culpa ou dolo, ao TRE/SE ou a terceiras pessoas.

6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do Contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

6.5 REPACTUAÇÃO/REAJUSTE CONTRATUAL

6.5.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela(o) CONTRATADA(O) e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor contratado será repactuado/reajustado, competindo à(ao) CONTRATADA(O) justificar e comprovar a variação dos custos, no que couber, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da(o) CONTRATANTE.

6.5.1.1 Os preços pactuados no Contrato serão reajustados, por meio de repactuações anuais, em relação à remuneração, e pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, quanto aos demais insumos que compõem o preço contratado e que não são calculados em função da remuneração.

6.5.2 Os procedimentos atinentes ao reajuste/repactuação do valor contratado estão indicados no Instrumento Contratual, conforme diretrizes previstas no [art. 25](#), §§ 7º e 8º, [art. 92](#), §§ 4º e 6º e [art. 135](#), da Lei 14.133/2021, no Decreto 12.174/2024; e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, em especial o disposto em seu artigo 9º, de cujo conteúdo foram extraídas as seguintes regras:

6.5.2.1 A(O) CONTRATANTE deverá preservar os direitos mais benéficos à(ao) trabalhadora(trabalhador) durante a execução contratual caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o) seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

6.5.2.1.1 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o), quando este for diferente do normativo paradigma (Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo).

6.5.2.1.2 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos normativo anterior (no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo) e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o).

6.5.2.1.3 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos à(ao) trabalhadora(trabalhador) caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o) venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação, quando cabível, e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores (6.5.2.1.1 e 6.5.2.1.2).

6.5.3 Eventuais variações relativas ao preço dos insumos deverão ser suportadas pela(o) CONTRATADA(O), conforme previsão do Lucro e Despesas Indiretas - LDI informada quando da apresentação da planilha de custos e formação de preços da avença (Acórdão TCU 4072/2020 - Plenário).

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita(o) a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021:

- 6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.
- 6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 6.6.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.
- 6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.
- 6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.
- 6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.
- 6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

- 6.6.2.1 Advertência.
- 6.6.2.2 Multa.
- 6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.
- 6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria

Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, <i>quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</i>	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	<p>Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A natureza e a gravidade da infração cometida. • As peculiaridades do caso concreto. • As circunstâncias agravantes ou atenuantes. • Os danos que dela provierem para o TRE/SE. • A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste Instrumento.	<p>1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 6.6.4.</p>	Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. • Fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, nos termos previstos no artigo 5º, inciso IV, da IN SEGES/MGI 176/2024, quando não se justificar aplicação de penalidade mais grave. 	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (artigo 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE	
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar declaração falsa durante a execução da contratação. • Praticar ato fraudulento na execução da contratação. • Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. • Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013. • Fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, nos termos previstos no artigo 5º, inciso IV, da IN SEGES/MGI 176/2024, quando se justifique a imposição de penalidade mais grave a que se refere o § 4º do artigo 156 da Lei 14.133/2021. 	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (artigo 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Presidente do TRE/SE	

Tabela 3 - penalidades e hipóteses de aplicabilidade

6.6.3.1 A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade, hipóteses e percentuais de aplicabilidade:

TABELA 4				
HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Deixar de apresentar garantia à contratação no prazo estabelecido.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 10,0% (dez por cento)	valor MENSAL da contratação	O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e extinguir o Contrato se a(o) CONTRATADA(O) não apresentar garantia à contratação após o decurso de 25 (vinte e cinco) dias do prazo previsto para o atendimento dessa providência.
2	Atraso do prazo estabelecido para assinatura dos documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação.	0,5% (cinco décimos por cento) , por dia de atraso, até o limite de 30,0% (trinta por cento)	valor MENSAL da contratação	O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e extinguir o Contrato se a(o) CONTRATADA(O) não assinar os documentos de abertura da conta depósito vinculada até o 30º (trigésimo) dia do final do prazo estabelecido para o atendimento dessa providência.
3	N ã o alocar profissionais especializadas(os) para o desenvolvimento dos trabalhos na data prevista para o início do serviço.	1,0% (um por cento) , por dia de atraso, até o limite de 10,0% (dez por cento)	valor MENSAL da contratação por posto	Se o atraso para atendimento dessa exigência superar o intervalo de 10 (dez) dias , a(o) CONTRATADA(O) incidirá na hipótese 4 desta tabela.
4	Atraso superior a 10 (dez) dias para o início da prestação do serviço.	De 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento)	valor MENSAL da contratação	O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e extinguir (rescindir) o Contrato se a(o) CONTRATADA(O) não iniciar as atividades até o 10º (décimo) dia do momento estabelecido no Contrato.
5	Conforme detalhamento constante das tabelas 5 e 6 .	0,5% (cinco décimos por cento) a 5,00% (cinco por cento) , conforme detalhamento constante das tabelas 5 e 6	conforme detalhamento constante da tabela 5	Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 5 e 6 .

Tabela 4 - Infração e percentual de multa

TABELA 5			
GRAU	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	0,5%	valor mensal do Contrato	Para efeito de COBRANÇA das multas aplicadas será observado o limite de 30,0% (trinta por cento) sobre o valor mensal do Contrato , caso a soma das multas aplicadas em determinado mês seja superior ao referido limite.
2	até 1,0%		
3	até 2,0%		
4	até 3,0%		
5	até 4,0%		
6	até 5,0%		

Tabela 5 - grau e percentual de multa

TABELA 6			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregada(o) não uniformizada(o) ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentada(o) e/ou sem crachá.	1	Por empregada(o) e por ocorrência
2	Manter empregada(o) sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregada(o) e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por empregada(o) e por dia
5	Destruir ou danificar equipamentos, materiais e documentos por culpa ou dolo de suas(seus) colaboradoras(es)/funcionárias(os).	4	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da(o) CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado.	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

9	Retirar empregadas(os) ou encarregadas(os) do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da(o) CONTRATANTE.	4	Por empregada(o) e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregada(o) e por dia
11	Substituir empregada(o) que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregada(o) e por dia
12	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
13	Cumprir horário estabelecido no Contrato ou determinado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	1	Por dia de ocorrência e por posto
14	Cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação para controle de acesso de suas(seus) empregadas(os).	1	Por ocorrência
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da Contratação.	2	Por ocorrência
16	Efetuar a reposição de empregadas(os) faltosas(os), quando for o caso.	2	Por empregada(o) e ocorrência
17	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas.	6	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
18	Entregar o uniforme (incluindo o crachá) às(aos) empregadas(os) na periodicidade definida.	1	Por empregada(o) e por dia de atraso.
19	Creditar os salários nas contas bancárias das(os) empregadas(os).	1	Por ocorrência e por empregada(o).
20	Entregar, no prazo avençado, documentação exigida no Instrumento Contratual para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações FISCAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS.	1	Por ocorrência e por dia.
21	Apresentar Notas Fiscais discriminando preço utilizado mensalmente.	4	Por ocorrência.
22	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Contrato.	2	Por ocorrência e por dia
23	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação.	3	Por item e por ocorrência
24	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	6	Por ocorrência apontada
25	Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou de notificar ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).	4	Por ocorrência

Tabela 6 - Evento, grau e incidência

6.6.5 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.6 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021 e no Acórdão nº 1207/2024 – TCU – Plenário (item 9.2.4), de cujo conteúdo se extraiu a seguinte regra:

6.8.1.1 Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do artigo 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que impõe à(ao) CONTRATADA(O) a alteração da Convenção Coletiva de Trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 O procedimento de medição se destina à aferição/avaliação da execução contratual para fins de recebimento e pagamento e considerará os seguintes critérios:

7.1.1.1 A apuração periódica da qualidade na execução deverá observar rigorosamente a metodologia fixada no **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, devendo as partes contratantes cooperarem para sua efetivação.

7.1.1.2 Os serviços da(o) CONTRATADA(O) serão avaliados por meio de indicadores de qualidade identificados no IMR.

7.1.1.3 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios e procedimentos descritos no IMR.

7.1.1.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a(o) CONTRATADA(O):

7.1.1.4.1 Não realizou os resultados acordados;

7.1.1.4.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.4.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2 A partir da aferição objetiva dos resultados alcançados na execução do objeto, e considerando a metodologia fixada no IMR, o pagamento a ser realizado à(o) CONTRATADA(O) em contraprestação pela execução poderá ser reduzido proporcionalmente para refletir à qualidade insuficiente do que foi efetivamente entregue, até o limite de **15% (quinze por cento)** do valor da parcela devida.

7.1.2.1 Quando o nível da qualidade da execução ultrapassar o limite de **15% (quinze por cento)** indicado no item 7.1.2, poderá ser aplicada cumulativamente sanção administrativa pela inexecução parcial do objeto contratual, nos termos fixados neste Instrumento.

7.1.3 Deverá ser registrado no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" ou "FORMULÁRIO" (que poderão ser digitais) fato ou situação imprevista que venha a impossibilitar ou dificultar a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, de maneira a ser considerado no cálculo final do fator de qualidade geral.

7.1.4 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1 Os procedimentos atinentes ao pagamento e à retenção tributária estão indicados no Instrumento Contratual, cumprindo destacar:

7.3.1.1 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.3.1.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.3.1.3 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação não permitirá a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. REGRAS DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

8.1.1 O serviço pretendido é oferecido por diversas(os) fornecedoras(es) e apresenta características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no artigo 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento licitatório se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES), uma vez que o valor anual estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.1.3 Não será aplicada a margem de preferência prevista no [art. 26 da Lei 14.133/2021](#), regulamentado pelo [Decreto 11.890/2024](#).

8.1.3.1 Importa registrar que a EPC não identificou normativo emitido pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) disciplinando a aplicação de margem de preferência ao objeto desta contratação (consulta realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/comissao-interministerial-de-contratacoes-publicas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/resolucoes-atas-e-comunicados>).

8.1.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Ato Convocatório.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O **julgamento** da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.1.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este Instrumento e quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.2 A **adjudicação** do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **8.2.1** (MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM), observada a decisão de julgamento do certame.

8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos as especificações e planilhas fornecidas para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 A proposta comercial da(o) licitante deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

a) **Planilha de Custos e Formação de Preços** (PCFP) detalhando o preço ou lance final proposto, conforme modelo anexo ao Ato Convocatório;

b) Documento apto a comprovar os percentuais do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Risco Ambiental do Trabalho – RAT por ela(e) praticados, a exemplo dos Relatórios emitidos pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP.

c) Declaração, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º, da Lei 14.133/2021](#));

d) Declaração informando o enquadramento sindical da(o) licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção de eventual instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso I](#));

e) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual a(o) licitante declara ser enquadrada(o) ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso II](#));

f) Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo eventualmente utilizado pela(o) licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso III](#));

g) Declaração de que é responsabilidade da(o) licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ([Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, art. 5º, inciso IV](#)).

h) Outras informações pertinentes.

8.3.3 A proposta deverá ser elaborada a partir de acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente da categoria profissional vinculada à execução do objeto, observada a base territorial e a obrigação da indicação expressa do número de registro de tal norma negocial trabalhista junto ao órgão competente.

8.3.4 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente aos serviços ou fornecimento de bens, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e demais anexos ao Ato Convocatório), independente de declaração expressa da(o) licitante.

8.3.5 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução contratual deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, mesmo que não explicitado na respectiva planilha de custos e formação de preços.

8.3.6 Para a definição do valor de referência (orçado) foi adotada a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES, ELETRÔNICA E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE SINDIVIGILANTE/SE, CNPJ n. 16.212.359/0001-62, CNPJ n. 07.693.953/0001-21, e Termo Aditivo registrado sob o nº MTE SE 000003/2025, podendo ser conferida em <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>, cujos dados seguem abaixo:

- **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025**

- NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: 000237/2024
- DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/12/2024
- NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR072267/2024
- NÚMERO DO PROCESSO: 13175.202376/2024-82
- DATA DO PROTOCOLO: 11/12/2024

- **TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA**

- NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: 000003/2025
- DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/01/2025
- NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001780/2025
- NÚMERO DO PROCESSO: 13175.200073/2025-14
- DATA DO PROTOCOLO: 16/01/2025

8.3.7 Na elaboração de sua planilha de formação de preços, a(o) licitante poderá utilizar/indicar norma coletiva de trabalho/ato normativo diversa/diverso daquela(e) adotado por este TRE/SE como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (artigo 581, § 2º, da CLT; artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário).

8.3.7.1 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos à(ao) trabalhadora(trabalhador) caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração (incluindo salário base e adicionais) e de benefícios superiores aos valores estabelecidos pelo TRE/SE.

8.3.7.2 Em qualquer caso, sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratada(o). É de responsabilidade da(o) licitante a indicação do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual se submete, observando-se as regras instituídas na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

8.3.8 Na elaboração da proposta comercial a(o) licitante não poderá alterar o quantitativo de pessoal da equipe de profissionais, quantidades e os tipos de postos nem a quantidade de meses da contratação.

8.3.8.1 A(O) CONTRATADA(O) deve observar que o TRE/SE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

8.3.8.1.1 Pagamento de participação das(os) trabalhadoras(es) nos lucros ou nos resultados da empresa CONTRATADA;

8.3.8.1.2 Matéria não trabalhista ou que estabeleça direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

8.3.8.1.3 Preços para os insumos relacionados, quando for o caso, ao exercício da atividade da categoria.

8.3.8.2 Somente serão aceitas propostas que adotarem, na PCFP, valor igual ou superior ao orçado pelo TRE/SE para os itens de salário e auxílio-alimentação.

8.3.9 Cada licitante é responsável pelos percentuais e valores indicados nas respectivas planilhas de custos e formação de preços anexas às propostas comerciais, não lhe cabendo alegar quaisquer erros, falhas ou omissões para pleitear futura alteração contratual.

8.3.10 A proposta deverá ser registrada (no campo próprio do COMPRASNET) para o ITEM, cujo valor deve ser calculado conforme modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços disponibilizado como anexo.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL informado no arquivo **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, disponibilizado no endereço <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.

8.4.2 O critério de aceitabilidade de preços será o valor total estimado (valor de referência) para o ITEM, observando-se como critério de aceitabilidade de preço unitário máximo o valor de referência indicado para cada SUBITEM, conforme consta da Tabela 2 deste Instrumento (item 1.2).

8.4.2.1 Não serão aceitas propostas finais com valor total do ITEM superior ao estimado, bem como proposta final com o valor de cada SUBITEM superior

ao estimado pelo TRE/SE.

8.4.2.1.1 Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor do ITEM quanto os valores de cada SUBITEM do objeto.

8.4.3 Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da(o) licitante vencedora(vencedor) e não poderão ser inferiores aos estimados no Edital, permitida a utilização/indicação de norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo TRE/SE, desde que mais benéfica à(o) trabalhadora(trabalhador).

8.4.4 O valor global estimado corresponde ao VALOR TOTAL DO ITEM (60 meses) e está demonstrado na **Tabela 2** deste Instrumento.

8.4.5 A análise da exequibilidade da proposta de preços será realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços e de demais planilhas a serem eventualmente preenchidas pela(o) licitante em relação à sua proposta/lance final.

8.4.6 Será considerado como indicio de inexecuibilidade a proposta que apresentar valor unitário ou total de cada SUBITEM inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência orçado pelo TRE/SE (artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.4.6.1 Quando a(o) licitante apresentar preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário ou total orçado pelo TRE/SE, será realizada diligência para aferir a exequibilidade da proposta ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.4.6.1.1 Quando a(o) licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecuível a proposta final de preços que:

8.4.6.1.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresentando preço global ou preços unitários (p.ex. de mão de obra) simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e dos salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais, equipamentos e instalações de propriedade da(o) própria licitante, para os quais ela(e) renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.6.1.1.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 Habilitação jurídica ([art. 66](#), da Lei 14.133/2021)

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista ([art. 68](#), da Lei 14.133/2021)

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira ([art. 69](#), da Lei 14.133/2021 c/c [IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 11.1):

8.5.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira a(o) licitante deverá apresentar:

8.5.3.1.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) fornecedora(fornecedor) ([Lei 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.5.3.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos Contratos firmados(os) pela(o) licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação (a exigência deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e, se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a empresa licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença);

c) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação (corresponde ao VALOR TOTAL DO ITEM dividido por CINCO); e

d) Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação (corresponde ao VALOR TOTAL DO ITEM dividido por CINCO) ([art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2023](#)).

8.5.3.1.2.1 O Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.5.3.1.2.2 As exigências constantes do item **8.5.3.1.2** estão em conformidade com a [IN 5/2017](#) (Anexo VII-A, item 11.1).

8.5.3.2 O Ato Convocatório contemplará, se necessário, maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico.

8.5.4 Qualificação técnica ([art. 67](#), da Lei 14.133/2021)

8.5.4.1 Para fins de qualificação técnica, deverá a(o) licitante apresentar/indicar:

8.5.4.1.1 Prova de **aptidão** para a execução do objeto licitado, por meio do atendimento das seguintes exigências:

a) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a(o) licitante executou serviços de vigilância patrimonial, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. A(O) pregoeira(o) poderá solicitar cópia(s) do(s) contratos(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s);

b) 1 (um) ou mais atestados ou declaração(ões), expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou cópia(s) de contrato(s) vigente(s) e em execução, na data de publicação deste Edital, demonstrando que a(o) licitante administrou/gerenciou contratos abrangendo, no mínimo, 17 (dezesete) empregadas(os), executando serviços no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem com o Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. A(O) pregoeira(o) poderá solicitar cópia(s) do(s) contratado(s) referido(s) pelo(s) atestado(s) apresentado(s).

c) é possível que o(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica faça(m) referência a Contrato vigente, ou seja, que esteja no curso de sua execução, desde que já atendido o requisito temporal: execução mínima de 12 (doze) meses, considerando-se para tanto a data de abertura da sessão pública deste Pregão.

8.5.4.1.1.1 Será aceito o somatório de atestados que comprovem que a(o) licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a **12 (doze) meses** ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.6, b).

8.5.4.1.1.1.1 Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o item **8.5.4.1.1.1**, não havendo obrigatoriedade de os **12 (doze) meses** serem ininterruptos ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.6.1).

8.5.4.1.1.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior ([IN 5/2017](#), Anexo VII-A, item 10.8).

8.5.4.1.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente.

8.5.4.1.1.3 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.5.4.1.1.4 As(Os) licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da(o) CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.5.4.1.2 A(O) licitante deverá, ainda, apresentar:

8.5.4.1.2.1 Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a(o) licitante exerce exclusivamente a atividade de segurança privada.

8.5.4.1.2.2 Autorização ou revisão de autorização para funcionamento, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, nos termos previstos na Lei 14.967/2024 e na Portaria DG/PF nº 18.045/2023, e suas alterações posteriores.

8.5.4.1.2.3 Certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos previstos na Portaria DG/PF nº 18.045/2023, e suas alterações posteriores.

8.5.4.1.2.4 Comprovação de Comunicação do início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, conforme artigo 40, § 1º, da Lei 14.967/2024.

8.5.4.2 O Ato Convocatório contemplará, se necessário, detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação técnica previstas neste tópico.

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação

8.5.5.1 O Ato Convocatório indicará, se necessário, demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis à generalidade dos objetos contratados e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação partiu da composição de custos detalhado em planilha de formação de preços nos moldes da IN SEGES/MPDG 5/2017, com base nos critérios e parâmetros indicados no tópico INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS, constante do Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS.

9.2 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as(os) licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no artigo 3º, § 1º da Lei 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho com número SE000237/2024 (vigência no ano 2025) e data-base em 1º de janeiro), firmada entre SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DE SERGIPE e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, TRANSPORTE DE VALORES, ELETRONICA E SIMILARES DO ESTADO DE SERGIPE SINDIVIGILANTE/SE, e Termo Aditivo registrado sob o nº MTE SE 000003/2025, no cálculo do valor preliminar da contratação dos serviços:

9.2.1 O sindicato indicado no item **9.2** não é de utilização obrigatória pelas(os) licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratada(o). É de responsabilidade da(o) licitante a indicação do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual se submete, observando-se as regras instituídas na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

9.3 O valor estimado da contratação corresponde ao VALOR TOTAL informado na Tabela 2 - Estimativa de valores, deste Instrumento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Contrato e da respectiva Nota de Empenho:

- Programas de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e Pleitos Eleitorais.
- Natureza da Despesa: Outras Despesas Correntes.
- Fonte de Recursos: 1000 ou 1027.
- Elemento de Despesa: 3.3.9.0.37 - Locação de mão de obra.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 9.507/2018, 11.246/2022 e 12.174/2024, a Resolução CNJ 651/2025, a Resolução CNJ 347/2020, a Resolução TSE 23.702/2022, a Resolução TRE/SE 120/2015, a IN SLTI/MPOG 5/2017, as INs SEGES/ME 73/2022, SLTI/MP 01/2010 e SEGES/MGI 176/2024.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no Estudo Técnico Preliminar.

12.1.1 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes demandantes (*Moses Dantas Teixeira*), técnico (*Levi Alves Mota*) e administrativo (*Ricardo Loeser de Carvalho Filho*) atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS (ETS)

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe.

1.2 A demanda requer a disponibilização permanente de profissionais no local de execução dos serviços, observadas as especificidades de cada item.

1.3 O atendimento por posto de trabalho possibilita resposta mais rápida e maior controle da gestão em relação aos serviços executados.

2. DOS TIPOS DE SERVIÇO, QUANTIDADE, PERÍODO DA CONTRATAÇÃO, LOCAL DE LOTAÇÃO E ESTRUTURA FÍSICA

2.1 Os serviços deverão ser prestados através de POSTOS DE TRABALHO com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo 01 [uma(um)] ou 2

[duas(dois)] profissionais por posto, a depender da carga horária do posto.

2.2 Os tipos de postos, o quantitativo, o local de lotação e o período da contratação estão relacionados na tabela abaixo:

PROFISSIONAL	CÓDIGO BRASILEIRO DA OCUPAÇÃO (CBO)	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO
VIGILANTE	5173-30	3 postos 12X36 diurno armado	Sede do TRE/SE - CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju/SE	60 (sessenta) meses
		3 postos 12X36 noturno armado		
		1 posto 12X36 diurno armado	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima (Rua Itabaiana, 580, São José, Aracaju-SE CEP 49015-110)	
		1 posto 44 horas semanais	Cartório Eleitoral de Aquidabã (Av. Min. Leonor Barreto Franco, 137, Centro, CEP 49790-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Boquim (Pq. Citrícula Gov. João Alves Filho, s/n, CEP 49360-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Capela (Pça. Do Conjunto Manoel Cardoso de Souza Filho S/N, Asa Branca, CEP 49700-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Estância Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar (Avenida Santa Cruz, s/n, CEP 49200-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Gararu Promotor José Medeiros (Av. Marechal Floriano, 26, CEP 49830-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Itabaiana Des. José Artêmio Barreto (Av. Dr. Luiz Magalhães, s/n, Bairro Serrano, CEP 49503-256)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Lagarto Juiz Osório de Araújo Ramos (Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n. CEP 49400-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Maruim Advogado Jaime de Araújo Andrade (Rua Álvaro Garcez, 485, Centro, CEP 49770-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Porto da Folha Juiz Thiers Gonçalves de Santana (Rua Bonifácio Pereira de Souza, s/n, Coroa do Meio, CEP 49800-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Simão Dias Des. Belmiro da Silveira Góes (Praça Lucila Macedo Déda s/n, Centro, CEP 49480-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Tobias Barreto Jurista Tobias Barreto de Menezes (Praça Castelo Branco S/N, Centro, CEP 49300-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Campo do Brito Conselheiro Manoel Cabral Machado (Rua Gabriel de Lima, s/n, CEP.49520-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Ribeirópolis Dr. Luiz Antônio Teixeira (Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n, Centro, CEP 49530-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Canindé do São Francisco Juiz Manoel Soares Pinto (Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro, CEP 49820-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Carira (Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Bairro Matadouro Velho, CEP 49550-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Cristinápolis Cel. Lourival Alves da Costa Filho (Rua João Ferreira Santos Reis, 117, Centro, CEP 49270-00)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Itaporanga Des. José Fernandes Prado Vasconcelos (Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro, CEP 49120-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Nossa Sra. do Socorro Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho (Rua Dr. Manoel dos Passos, s/nº, Centro, CEP 49160-000)	
		1 posto 44 horas semanais	Fórum Eleitoral de Umbaúba Des. Pascoal Nabuco D'Ávila (Rua Aniceto Lima, s/n, Centro, CEP 49260-000)	

Tabela 1 - Identificação dos tipos de postos de trabalho, quantidade, local de lotação e período de contratação.

2.3 Quantidade de profissionais a serem contratadas(os)

2.3.1 Para atendimento a necessidade exposta na tabela acima, **item 2.2**, foram previstos os seguintes quantitativos:

- Contratação de três postos de vigilância armada, diurnos, 12hX36 horas, para a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, **totalizando seis vigilantes.**
- Contratação de três postos de vigilância armada, noturnos, 12hX36 horas, para a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, **totalizando seis vigilantes.**

c) Contratação de dezenove postos de vigilância diurna 44 horas semanais, desarmada, para a sede dos Cartórios Eleitorais das cidades de Aquidabã, Boquim, Capela, Carira, Itaporanga, Itabaiana, Cristinápolis, Campo do Brito, Estância, Umbaúba, Tobias Barreto, Ribeirópolis, Simão Dias, Porto da Folha, Lagarto, Gararu, Maruim, Nossa Senhora do Socorro e Canindé de São Francisco, sendo um posto para cada local, **totalizando dezenove vigilantes**.

d) Contratação de um posto de vigilância diurna 44 horas semanais, desarmada e um posto diurno 12hX36 armado para o Fórum Aloísio de Abreu Lima, sede dos Cartórios Eleitorais de Aracaju, **totalizando três vigilantes**.

2.3.2 No dimensionamento dos serviços, visando estabelecer o número mínimo de postos de vigilância necessários nesta contratação, foram adotados os seguintes critérios: tipo de negócio, número de população fixa, número de população flutuante, área do local, fatores de risco do local.

2.3.2.1 - Zonas Eleitorais do Interior do Estado

- Os serviços cartorários eleitorais no interior do estado são prestados pelos Cartórios Eleitorais, os quais possuem **em média uma população fixa de 5 (cinco) servidoras(es) e duas(dois) colaboradoras(es)**. O eleitorado médio dessas Zonas Eleitorais é de **50.788 eleitores, tendo a maior Zona Eleitoral 119.928 eleitores e a menor 24.826 eleitores (fonte TSE)**.
- A área total média dos cartórios é de 835,41m², com uma área construída de 258,10m² (fonte SEENG).
- Em todos há sistema de segurança eletrônica instalado, como cerca pulsativa e CFTV.
- A maioria dos cartórios está localizada na área urbana dos municípios, o que contribui favoravelmente para redução dos fatores de riscos.
- Assim, para esses locais, definimos um posto desarmado de 44 horas semanais, que é o mínimo necessário para a segurança dos cartórios durante seu funcionamento.

2.3.2.2 - Zonas Eleitorais da Capital

- Os serviços cartorários eleitorais na capital do estado, Aracaju, são prestados pelos Cartórios Eleitorais da capital, centralizados num mesmo prédio, os quais possuem uma **população fixa de aproximadamente 21 (vinte e uma[um]) servidoras(es), e 26 (vinte seis) colaboradoras(es)**. O **eleitorado de Aracaju é de 439.722 (quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte dois) eleitoras(es) (fonte TSE)**.
- Por se tratar de um edifício de dois andares, considera-se para efeito desse dimensionamento a área construída, que é de 1.735,80m² (fonte SEENG), praticamente não há área livre.
- Há sistema de vigilância eletrônica instalado.
- A localização do Fórum é no centro da cidade, próximo ao comando da polícia militar, fatos que contribuem favoravelmente para reduzir os fatores de riscos.
- Assim, para complementar a segurança do local, por concentrar três cartórios eleitorais na mesma área, possuir números bem superiores de população fixa, população flutuante e área a ser coberta, em relação aos cartórios do interior, como também por demanda definida no Processo SEI 0011280-82.2024.6.25.8000, documento 1688180, estipula-se um posto desarmado de 44 horas semanais e um posto diurno 12hX36 armado.

2.3.2.3 - Sede do Tribunal

- Os serviços administrativos e jurisdicionais são prestados na sede do Tribunal pelos seus **187 (cento e oitenta e sete) servidoras(es) e aproximadamente 104 (cento e quatro) colaboradoras(es)**. Apesar de não atender eleitoras(es), a sede do tribunal recebe rotineiramente visita de autoridades, advogadas(os), fornecedoras(es), prestadoras(es) de serviços e pessoas para participação de eventos, audiências e sessões plenárias. Em dias de pouco movimento contabilizou-se uma média de 30 visitas. Já em anos eleitorais o fluxo aumenta exponencialmente.
- A área total do terreno é de 24.814,93m², no qual há 10.518,21m² de área construída (fonte SEENG).
- O controle de acesso é feito por portal detector de metais e equipamento de raio X.
- A sede fica no centro administrativo de Aracaju, na periferia da cidade, próximo a bairros com altos índices de violência, com parte do seu perímetro fazendo limite com terreno sem contenção nem edificação.
- Assim, para esse local, definimos três postos armados 12x36 diurnos, e três postos armados 12x36 noturnos, que é o mínimo necessário para a segurança da sede do Tribunal, diante da sua exposição, grau de risco e área compreendida.

2.4 Distribuição dos postos por localidades

2.4.1 Vigilância armada

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	ENDEREÇO	TURNO	QUANTIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA	QUANTIDADE DE VIGILANTES
Sede TRE	CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju/SE	diurno 12X36	3	6
		noturno 2X36	3	6
Sede dos Cartórios da Capital(Aracaju/SE)	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima (Rua Itabaiana, 580, São José, CEP 49015-110)	diurno 12X36	1	2
TOTAIS			7	14

Tabela 2 - Identificação do local do serviço, turnos e quantidades (posto 12X36h)

2.4.2 Vigilância desarmada

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	ENDEREÇO	TURNO	QUANTIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA	QUANTIDADE DE VIGILANTES
Sede da 3ª Zona Eleitoral (Aquidabã/SE)	Cartório Eleitoral de Aquidabã (Av. Min. Leonor Barreto Franco, 137, Centro, CEP 49790-000)	diurno	1	1
Sede da 4ª Zona Eleitoral (Boquim/SE)	Fórum Eleitoral de Boquim (Pq. Citrícula Gov. João Alves Filho, s/n, CEP 49360-000)	diurno	1	1
Sede da 5ª Zona Eleitoral (Capela/SE)	Fórum Eleitoral de Capela (Pça. Do Conjunto Manoel Cardoso de Souza Filho S/N, Asa Branca, CEP 49700-000)	diurno	1	1

Sede da 6ª Zona Eleitoral (Estância/SE)	Fórum Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar (Avenida Santa Cruz, s/n, CEP 49200-000)	diurno	1	1
Sede da 8ª Zona Eleitoral (Gararu/SE)	Fórum Eleitoral Promotor José Medeiros (Av. Marechal Floriano, 26, CEP 49830-000)	diurno	1	1
Sede da 9ª Zona Eleitoral (Itabaiana/SE)	Fórum Des. José Artêmio Barreto (Av. Dr. Luiz Magalhães, s/n, Bairro Serrano, CEP 49503-256)	diurno	1	1
Sede da 12ª Zona Eleitoral (Lagarto/SE)	Fórum Eleitoral Juiz Osório de Araújo Ramos (Rodovia Antônio Martins de Menezes, s/n. CEP 49400-000)	diurno	1	1
Sede da 14ª Zona Eleitoral (Maruim/SE)	Fórum Advogado Jaime de Araújo Andrade (Rua Álvaro Garcez, 485, Centro, CEP 49770-000)	diurno	1	1
Sede da 18ª Zona Eleitoral (Porto da Folha/SE)	Fórum Juiz Thiers Gonçalves de Santana (Rua Bonifácio Pereira de Souza, s/n, Coroa do Meio, CEP 49800-000)	diurno	1	1
Sede da 22ª Zona Eleitoral (Simão Dias/SE)	Fórum Des. Belmiro da Silveira Góes (Praça Lucila Macedo Déda s/n, Centro, CEP 49480-000)	diurno	1	1
Sede da 23ª Zona Eleitoral (Tobias Barreto/SE)	Fórum Jurista Tobias Barreto de Menezes (Praça Castelo Branco S/N, Centro, CEP 49300-000)	diurno	1	1
Sede da 24ª Zona Eleitoral (Campo do Brito/SE)	Fórum Eleitoral Conselheiro Manoel Cabral Machado (Rua Gabriel de Lima, s/n, CEP.49520-000)	diurno	1	1
Sede da 26ª Zona Eleitoral (Ribeirópolis/SE)	Fórum Dr. Luiz Antônio Teixeira (Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n, Centro, CEP 49530-000)	diurno	1	1
Sede da 28ª Zona Eleitoral (Canindé do S F/SE)	Fórum Eleitoral Juiz Manoel Soares Pinto (Rua Antônio Caetano de Sá, s/n, Centro, CEP 49820-000)	diurno	1	1
Sede da 29ª Zona Eleitoral (Carira/SE)	Fórum Eleitoral de Carira (Praça Maria Jozita de Aragão, s/n, Bairro Matadouro Velho, CEP 49550-000)	diurno	1	1
Sede da 30ª Zona Eleitoral (Cristinápolis/SE)	Fórum Cel. Lourival Alves da Costa Filho (Rua João Ferreira Santos Reis, 117, Centro, CEP 49270-00)	diurno	1	1
Sede da 31ª Zona Eleitoral (Itaporanga/SE)	Des. José Fernandes Prado Vasconcelos (Av. Emídio Maxi Neto, 170, Centro, CEP 49120-000)	diurno	1	1
Sede da 34ª Zona Eleitoral (N S do Socorro/SE)	Fórum Dr. Gilberto Vila Nova Carvalho (Rua Dr. Manoel dos Passos, s/nº, Centro, CEP 49160-000)	diurno	1	1
Sede da 35ª Zona Eleitoral (Umbaúba/SE)	Fórum Des. Pascoal Nabuco D'Ávila (Rua Aniceto Lima, s/n, Centro, CEP 49260-000)	diurno	1	1
Sede dos Cartórios da Capital (Aracaju/SE)	Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima (Rua Itabaiana, 580, São José, CEP 49015-110)	diurno	1	1
TOTAIS			20	20

Tabela 3 - Identificação do local do serviço, turnos e quantidades (posto 44h)

3. DA JORNADA DE TRABALHO, SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO, VIAGENS, FÉRIAS, BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO E SALÁRIO

3.1 Da jornada de trabalho e intervalo diário de prestação dos serviços

POSTO	TURNO	HORA (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA
12x36 horas	diurno	12 horas diárias	segunda-feira a domingo	armada
	noturno	12 horas diárias	segunda-feira a domingo	
44 horas semanais	diurno	9 horas diárias	segunda-feira a quinta-feira	desarmada
		8 horas diárias	sexta-feira	

Tabela 4 - Identificação do posto, turno, escala, dias de trabalho e tipo de vigilância.

3.1.1 Dentro da jornada diária dos postos de 44 horas semanais, o horário de início e término do trabalho a ser cumprido pelo vigilante será estabelecido pela Chefia de Cartório, em se tratando de Zona Eleitoral e pelo(a) Responsável pelo Núcleo de Atendimento ao Eleitor - NAE, no caso da Sede dos Cartórios da Capital, respeitando o que estabelece a legislação trabalhista e a Convenção da categoria.

3.1.1.1 Tanto na Sede das Zonas Eleitorais da Capital quanto nas sedes das Zonas Eleitorais do Interior do Estado a prestação do serviço do posto de 44h poderá ocorrer no intervalo entre 7h e 19h, com uma hora de intervalo para alimentação e repouso, de segunda a sexta-feira.

3.1.2 O intervalo de uma hora para alimentação e repouso será concedido aos postos de 44 (quarenta e quatro) horas, não havendo necessidade de substituição da(o) empregada(o).

3.1.2.1 Para os postos de 12x36, esse intervalo deverá ser indenizado.

3.1.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá manter controle de jornada de trabalho com anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, permitindo à(ao) CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

3.1.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá também apresentar o controle de frequência mensal das(os) empregadas(os).

3.1.4 O TRE/SE poderá, excepcionalmente, solicitar a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos, desde que a necessidade seja comunicada previamente (antecedência de 24h) à(ao) CONTRATADA(O) e que seja feita posteriormente a compensação de horário das(os) profissionais envolvidas(os) na tarefa.

3.1.4.1 Por necessidade do serviço, devidamente justificada e tempestivamente comunicada, o horário da prestação dos serviços poderá ser alterado, levando em consideração o interesse do TRE/SE e a legislação em vigor, sendo permitida a execução de horas extras remuneradas apenas no período previsto no item 3.2.4.1.

3.1.4.1.1 A compensação a que alude o item 3.1.4 deve ocorrer em conformidade com o previsto na CCT adotada.

3.1.5 Devido às características e especificidades dos serviços contidos nesta contratação, em especial a atribuição prevista no item 4.3.8, I, "o", não será aplicada a previsão contida no artigo 4º do Decreto Nº 12.174/2024.

3.2 Do serviço extraordinário

3.2.1 Em casos excepcionais, para os postos de trabalho de 44h/vigilância desarmada, havendo a necessidade de prorrogação da jornada diária, sem compensação, a hora excedente será remunerada conforme o número de horas efetivamente trabalhadas por empregada(o) mediante a aplicação do percentual definido na respectiva convenção coletiva de trabalho.

3.2.2 A prestação de serviço envolvendo hora extra remunerada deverá ser comunicada à(ao) CONTRATADA(O) pela Gestão/Fiscalização da Contratação (com antecedência mínima de 24h), a quem compete solicitar, justificar, autorizar e comprovar a necessidade de serviço em horário extraordinário.

3.2.2.1 Somente serão pagas as horas extras cujas necessidades tenham sido comunicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação à(ao) CONTRATADA(O).

3.2.3 As horas trabalhadas no horário estabelecido em Contrato, seja em dia de ponto facultativo do TRE/SE ou em dia de recesso forense, são horas normais e não serão consideradas como serviço extraordinário.

3.2.3.1 Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de frequência excedentes a 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos, como determina o artigo 58, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

3.2.4 Estima-se a realização da seguinte quantidade de horas extras para os postos de 44 horas:

HORAS EXTRAS	QUANTIDADE ESTIMADA
dias úteis e sábados	5.720 h
domingos e feriados	4.080 h

Tabela 5 - Estimativa de horas extras, quantidades e forma de cálculo

3.2.4.1 Justificativa para a demanda do serviço extraordinário: Prover segurança aos cartórios, com postos 44h, no período dos plantões eleitorais, e de igual forma na véspera e no dia das eleições, sejam elas gerais ou suplementares, quando não puder ser garantido de outra forma, diante do grande fluxo de pessoas fixas e flutuantes que circulam no local nesses dias. O critério utilizado para estimar o quantitativo de horas extras foi a demanda apurada nas eleições de 2024, reforçada através da necessidade de suprir demanda reprimida, relatada pelas Zonas Eleitorais.

3.2.5 Os valores do serviço extraordinário somente serão ressarcidos quando comprovado o pagamento à(ao) empregada(o) mediante demonstrativo de pagamento (contracheque/depósito bancário).

3.3 Indenização em caso de viagens:

3.3.1 Não se aplica devido a inexistência de deslocamentos/viagens para os serviços contidos nesta contratação.

3.4 Férias

3.4.1 As férias das(os) empregadas(os) a serem destacadas(os) para prestarem os serviços objeto deste Instrumento devem observar, no que couber, regramentos contidos no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), no Decreto Nº 12.174/2024, na Instrução Normativa nº 213/2025 e em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data de entrega da proposta.

3.4.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar, semestralmente e sempre que solicitada, escala de férias das(os) profissionais alocadas(os) nos postos de trabalho objeto deste Contrato, sem prejuízo à qualidade e continuidade dos serviços.

3.4.3 A(O) CONTRATADA(O) alterará a escala de férias exibida, a pedido do CONTRATANTE, sempre que houver possibilidade de prejuízo ao bom andamento dos serviços contratados.

3.4.4 A Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC), em caráter excepcional, poderá indicar período de férias diferente do previsto na escala de férias.

3.4.4.1 A EFC comunicará à(ao) CONTRATADA(O) com, no mínimo, 40 (quarenta) dias de antecedência ao início do período de férias da(o) profissional.

3.4.5 As férias não deverão ser concedidas no período do recesso forense.

3.5 Ticket refeição e/ou alimentação

3.5.1 O valor referente ao benefício de alimentação da(o) trabalhadora/trabalhador deverá ser, no mínimo, igual ao estabelecido em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data de entrega da proposta.

3.5.1.1 Na elaboração de sua planilha de formação de preços, a(o) licitante poderá utilizar/indicar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada por este TRE/SE como parâmetro para o orçamento estimado da contratação (artigo 581, § 2º, da CLT; artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário).

3.5.1.2 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos à(ao) trabalhadora(trabalhador) caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração (incluindo salário base e adicionais) e de benefícios superiores aos valores estabelecidos pelo TRE/SE.

3.6 Salário

3.6.1 O salário mensal das(os) empregadas(os) a serem destacadas(os) para prestarem os serviços objeto deste Instrumento deverá ser, no mínimo, igual ao piso salarial estabelecido em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data de entrega da proposta.

3.6.1.1 O valor do salário base da categoria, segundo a convenção coletiva, corresponde a **R\$ 1.690,93** (hum mil seiscentos e noventa reais e noventa e

três centavos), devendo ser acrescido a esse montante o correspondente a p ericulosidade, adicional noturno, hora noturna reduzida, DSR sobre adicional noturno e DSR sobre adicional hora noturna reduzida, conforme especificidade de cada posto.

3.6.2 O salário a ser pago será aquele apresentado na proposta da(o) licitante vencedora(vencedor) e não poderá ser inferior ao estimado no Edital.

4. DOS REQUISITOS E DAS ATRIBUIÇÕES DAS(OS) PROFISSIONAIS

4.1 A execução dos serviços será de total responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), devendo suas(seus) profissionais desenvolverem as atividades/funções indicadas neste tópico.

4.2 DA(O) PREPOSTA(O)

4.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá indicar formalmente, no prazo de assinatura do Contrato, 5 (cinco) dias úteis, inclusive com o fornecimento de todas as informações necessárias para o seu acionamento direto, PREPOSTA(O) para funcionar como elo administrativo com a(o) CONTRATANTE, sendo que as suas atribuições não representam posto de trabalho, mas simples função administrativa da empresa, de maneira que o custo operacional de tal profissional deverá ser considerado como “despesas operacionais, administrativas ou custos indiretos” nas planilhas de custo e formação de preços.

4.2.2 Caso a(o) CONTRATADA(O) decida substituir a(o) Preposta(o) indicada(o), deverá notificar previamente o CONTRATANTE e efetivar a substituição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

4.2.3 A(O) PREPOSTA(O) indicada(o) pela(o) CONTRATADA(O) deverá observar as seguintes obrigações específicas:

a) Registrar e controlar, sob a supervisão da FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, a assiduidade e pontualidade diária das(os) ocupantes dos postos de trabalho, inclusive tratando diretamente com a(o) CONTRATADA(O) acerca da reposição do pessoal faltante;

b) Reportar-se à FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

c) Cumprir e fazer cumprir, pelas(os) ocupantes dos postos, as diretrizes e normas disciplinares da Administração, dentro dos limites impostos pelo Contrato e pela legislação;

d) Orientar e atentar para que todas(os) as(os) ocupantes dos postos deem a todas as pessoas, de forma indiscriminada, tratamento adequado, respeitoso e atencioso;

e) Receber as observações e determinações da FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra contratada;

f) Zelar para que as(os) ocupantes dos postos de trabalho não recebam ordens emanadas de quaisquer das(os) servidoras(es) do TRE/SE. Estas serão sempre intermediadas pela(o) Preposta(o), com relação àquelas oriundas da fiscalização da contratação. Na ocorrência destas situações, a(o) Preposta(o) deverá notificar a FISCALIZAÇÃO do TRE/SE, que adotará as providências cabíveis no âmbito do CONTRATANTE;

g) Fornecer todas as informações e dados necessários à avaliação da qualidade dos serviços, nos termos do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo ao Ato Convocatório;

h) Reunir e fornecer toda e qualquer documentação necessária e suficiente à garantia da comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, à medida da solicitação da fiscalização;

i) Convocar e viabilizar a realização de reuniões periódicas das(os) terceirizadas(os) com a(o) respectiva(o) GESTORA(GESTOR) E/OU FISCAL do TRE/SE para tratar de questões administrativas para fins de esclarecimento e fomento quanto à garantia do cumprimento de todas as obrigações sociais por parte da empresa CONTRATADA, especialmente em relação à remuneração, 13º salário, férias, contribuições previdenciárias, FGTS e verbas rescisórias;

j) Realizar outras atribuições inerentes à função de Preposta(o), tendo em vista a eficiência e a efetividade na prestação dos serviços contratados.

4.3 DAS(OS) PROFISSIONAIS ALOCADAS(OS) NOS POSTOS DE TRABALHO

4.3.1 A execução dos serviços será de total responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) e as(os) profissionais alocadas(os) deverão desenvolver as atividades/funções indicadas neste tópico.

4.3.2 O serviço objeto desta contratação deverá ser executado pela(o) CONTRATADA(O), de forma permanente e contínua por meio de profissionais integrantes de seu quadro de empregadas(os) colocadas(os) à disposição exclusiva do TRE/SE, comprovado mediante a apresentação de documento trabalhista legalmente reconhecido.

4.3.3 Durante a execução dos serviços, a(o) CONTRATADA(O) deverá manter as(os) profissionais à disposição do TRE/SE, não permitir que se afastem dos afazeres, principalmente, para atender a chamados ou para cumprir tarefas solicitadas por pessoas não autorizados pelo TRE/SE ou alheias aos serviços.

4.3.4 No tocante ao convívio social, a execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais que se apresentem de modo satisfatório (por exemplo: em relação a cabelo e a acessórios utilizados no corpo), asseadas(os), atendendo às condições normais de higiene e com vestimentas limpas e compatíveis com o ambiente formal do Poder Judiciário.

4.3.5 As ocorrências inerentes aos serviços deverão ser registradas mediante formulário ou livro próprio, a exemplo de impontualidade e/ou inassiduidade advindas das(os) profissionais.

4.3.6 Será assegurado ao vigilante (artigo 29 da Lei 14.967/2024):

- Atualização profissional;
- Uniforme especial, regulado e devidamente autorizado pela Polícia Federal;
- porte de arma de fogo, quando em efetivo serviço, nos termos da Lei 14.967/2024 e da legislação específica sobre controle de armas de fogo;
- materiais e equipamentos de proteção individual e para o trabalho, em perfeito estado de funcionamento e conservação;
- seguro de vida em grupo;
- assistência jurídica por ato decorrente do serviço;
- serviço autônomo de aprendizagem e de assistência social, conforme regulamento;
- piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

4.3.7 As(Os) profissionais alocadas(os) para a prestação dos serviços devem estar habilitados e agir de modo que atendam as normas gerais de conduta e as atribuições indicadas a seguir:

NORMAS GERAIS DE CONDUTA DAS(OS) PROFISSIONAIS:

1. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituída(o) por outra(o) profissional;
2. Apresentar-se devidamente identificada(o).
3. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do TRE/SE, além de cumprir o Plano de Segurança Orgânico do TRE/SE (Resolução nº 48, de 31 de julho de 2023), no que couber, quando em serviço.
4. Comunicar à(ao) Preposta(o) e à(ao) Fiscal da Contratação qualquer irregularidade verificada.
5. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público.
6. Zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário.
7. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos disponíveis para a execução dos serviços.
8. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.
9. Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas.
10. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço.
11. Manter atualizada a documentação utilizada.
12. Buscar orientação com sua(seu) superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema.
13. Adotar providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.
14. Levar ao conhecimento da(o) Preposta(o) e da(o) Fiscal da Contratação de forma imediata qualquer informação considerada importante.
15. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à(ao) Preposta(o) e à(ao) Fiscal da Contratação, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.
16. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nos serviços.
17. Evitar confrontos com servidoras(es), outras(os) prestadoras(es) de serviço e visitantes do Tribunal.
18. Tratar a todas(os) com urbanidade.
19. Não abordar autoridades ou servidoras(es) para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.

HABILIDADES BÁSICAS:

1. Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade.
2. Concentração – capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento.
3. Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho.

ATITUDES:

1. Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível; iniciativa e entusiasmo.
2. Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e de rever pontos de vista; abertura para feedbacks e ideias diferentes.
3. Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e os afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade.
4. Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter.
5. Equilíbrio emocional – capacidade de trabalhar sob pressão; resistência à frustração; maturidade e resiliência.

Tabela 6 - Normas gerais de condutas, habilidades básicas e atitudes exigidas das(os) profissionais alocadas(os) para a prestação dos serviços.

4.3.8 As(Os) profissionais diretamente alocadas(os) para a prestação dos serviços deverão atender os seguintes requisitos e executar as atividades indicadas a seguir:

CARGO: VIGILANTE – CBO 5173-30**REQUISITOS GERAIS DAS(OS) PROFISSIONAIS (Lei Nº14.967/2024, artigo 28):**

1. Ser brasileiro, nato ou naturalizado.
2. Estar quites com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as do serviço militar.
3. Possuir, no mínimo, certificado de escolaridade correspondente ao ensino fundamental.
- 3.1. Não será exigida a conclusão do ensino fundamental prevista no item anterior (3) em relação às(aos) profissionais que já tiverem concluído, com aproveitamento, o respectivo curso de formação ou de aperfeiçoamento, até o dia 10/09/2024 (§ 7º).
4. Estar contratado por empresa de serviços de segurança.
5. Ter sido considerada(o) apta(o) em exame de saúde física, mental e psicológica, atestado pela(o) Contratada(o).
6. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
7. Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico, conforme definido em regulamento (§ 6º).
8. Não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos [arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal).

I - ATRIBUIÇÕES

- a) Primar pela integridade do patrimônio e pela integridade física das pessoas que se encontram nos locais a serem protegidos.
- b) Comunicar imediatamente à segurança do TRE/SE, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- c) Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.
- d) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da administração, bem como as que entenderem oportunas.
- e) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- f) Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando a(o) motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.
- g) Repassar para a(o)(s) vigilante(s), quando da rendição do posto, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- h) Comunicar à segurança do TRE/SE todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da administração.
- i) Colaborar com as Polícias civil e militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- j) Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar.
- k) Proibir o ingresso de vendedoras(es), ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela administração ou responsável pela instalação.
- l) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à(ao) responsável pela instalação e à segurança da administração, no caso de desobediência.
- m) Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiras(os) não autorizadas(os).
- n) Cumprir as determinações contidas nos Procedimentos Operacionais Padrão 1009581, 1009625, 1009773, 1050697, 1051483, 1060390, 1361222, 1009825, 1045406 e 1060423.
- o) Verificar todo e qualquer disparo de alarme das instalações correspondentes ao posto de serviço, dentro da jornada diária de trabalho, reportando as ocorrências encontradas, inclusive as expectativas infundadas (alarmes falsos), à segurança do TRE/SE.
- p) Registrar todas as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.
- q) Realizar ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.
- r) Deslocar-se no interior das instalações para atendimento de demandas, ocorrências e/ou acompanhar os Policiais Judiciária nas Rondas Ostensivas no interior das instalações, quando demandado, sob a orientação do Policial Judicial de Serviço responsável pelo corpo da Segurança Institucional do dia.
- s) Prevenção e combate a incêndio.

Tabela 7 – Requisitos profissionais e atribuições.

5. DO SUPORTE E DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

5.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá possuir estrutura que garanta a **substituição de profissionais em caso de falta**, por qualquer motivo, assegurando que a(o) profissional esteja à disposição em todos os dias nos quais se deva prestar o serviço.

5.2 O suporte referente aos serviços deverá ser eficiente para garantir a devida substituição de eventual profissional faltosa(o) (independente do motivo da ausência), quando prevista/exigida essa providência, no prazo máximo de **2 (duas) horas** contado do horário estabelecido para o início do serviço ou do momento do afastamento, caso isso seja verificado no curso da jornada.

5.3 Em casos de eventos que atrapalhem o trânsito da cidade (protestos, greves, festas, etc.) e que prejudiquem a chegada ou a saída da(o) profissional terceirizada(o) em relação ao local de prestação do serviço (edifício sede, Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, em Aracaju, e Cartórios do interior), a(o) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar às(aos) profissionais o meio de transporte sem ônus para o CONTRATANTE.

6. DO FARDAMENTO, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cuidar para que suas(seus) empregadas(os) se apresentem devidamente uniformizadas(os) e identificadas(os) por meio de crachá.

6.2 Os uniformes a serem fornecidos pela(o) CONTRATADA(O) a suas(seus) empregadas(os) deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no TRE/SE, sem qualquer repasse do custo para a(o) empregada(o), observando o disposto neste tópico e no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá cuidar para que as(os) profissionais indicadas(os) para a prestação dos serviços apresentem-se trajando fardamento sempre limpo e passado/engomado.

6.4 A(O) CONTRATADA(O) fornecerá obrigatoriamente o fardamento a cada empregada(o) conforme consta de tabela deste tópico, compreendendo também materiais de identificação e segurança, **quando couber**, os quais serão disponibilizados **na antevéspera do primeiro dia de atividade**.

6.5 O fardamento deverá ser entregue à(ao) profissional, mediante recibo, cuja cópia deverá ser entregue ao CONTRATANTE no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da entrega.

6.6 O fardamento deve ser padronizado conforme especificado neste tópico e aprovado previamente pela FISCALIZAÇÃO.

6.6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá submeter amostra do uniforme, em **até 15 (quinze) dias** antes do início da execução contratual, para aprovação por parte do TRE/SE do modelo e da qualidade, estando resguardado a este órgão o direito de exigir a substituição daquele julgado inadequado, tendo a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em prazo fixado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.6.1.1 O uniforme é especial, regulado e autorizado pela Polícia Federal.

6.7 A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer **ANUALMENTE** a cada profissional, no mínimo, o quantitativo de fardamento completo (vide tabela descritiva do uniforme).

6.8 Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada funcionária(o).

6.9 A empresa deverá, ainda, fornecer uniforme apropriado às empregadas gestantes, quando for o caso, substituindo-o sempre que necessário.

6.10 O fardamento deverá ser substituído na frequência especificada na tabela ou sempre que houver necessidade, sendo vedado exigir a devolução do

uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

6.10.1 O fardamento deve ser substituído imediatamente quando não mais estiver em condições de uso, ou quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, independente de já haver sido fornecida a quantidade anual prevista.

6.10.2 O fardamento deverá ser fornecido em quantidade suficiente para que a(o) profissional não se apresente para trabalho com roupa suja, mal passada, rasgada etc.

6.11 Caberá à(ao) CONTRATADA(O) exigir a utilização permanente e adequada do fardamento e da identificação durante a prestação de serviço, sob pena de caracterização de infração.

6.12 Descrição do uniforme e do EPI por posto:

CATEGORIA	UNIFORME E EPI (Periodicidade anual)
VIGILANTE	<p>1. <u>Para cada vigilante dos postos 44 horas:</u></p> <p>a) 2 (duas) calças;</p> <p>b) 2 (duas) camisas de mangas curtas com emblema da empresa;</p> <p>c) 1 (um) cinto de nylon;</p> <p>d) 2 (dois) pares de botas;</p> <p>e) 2 (dois) pares de meias;</p> <p>f) 1 (um) quepe ou boné com emblema da empresa;</p> <p>g) 1 (uma) capa de chuva;</p> <p>h) 1 (um) cassetete;</p> <p>i) 1 (um) porta cassetete;</p> <p>j) 1 (um) crachá em acrílico, contendo: foto recente, nome, RG, tipo sanguíneo.</p> <p>2. <u>Para cada vigilante dos postos 12 x 36 horas (diurno/noturno):</u></p> <p>a) 2 (duas) calças;</p> <p>b) 2 (duas) camisas de mangas curtas com emblema da empresa;</p> <p>c) 1 (um) cinto de nylon;</p> <p>d) 2 (dois) pares de botas;</p> <p>e) 2 (dois) pares de meias;</p> <p>f) 1 (um) quepe ou boné com emblema da empresa;</p> <p>g) 1 (uma) capa de chuva;</p> <p>h) 1 (um) cassetete;</p> <p>i) 1 (um) porta cassetete;</p> <p>j) 1 (um) crachá em acrílico, contendo: foto recente, nome, RG, tipo sanguíneo.</p>

Tabela 8 – Uniformes e EPI

7. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

7.1 A(O) CONTRATADA(O) disporá dos seguintes materiais (insumos) e equipamentos para a vigência de **60 (sessenta) meses**, observadas as características mínimas abaixo:

7.1.1 Para o Posto de 44 horas em Aracaju:

a) 1 (um) rádio transceptor de frequência aberta, compatível com os utilizados pela Segurança Institucional deste Tribunal (Motorola DTR 620).

7.1.2 Para cada Posto de 12 x 36 horas (diurno/noturno):

a) 1 (um) revólver calibre 38 com 6 munições;

b) 1 (um) cinto com coldre e baleiro com 4 munições;

c) 1 (um) rádio transceptor de frequência aberta, compatível com os utilizados pela Segurança Institucional deste Tribunal (Motorola DTR 620);

d) 1 (um) colete balístico completo.

e) 1 (uma) lanterna de no mínimo 30 leds com bateria recarregável; e

f) 1 (um) sistema de controle de ronda por GPS e QR codes.

7.1.2.1 A Empresa deverá apresentar à Gestão/Fiscalização do Contrato a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos, até a assinatura do contrato.

7.1.2.2 As armas, que serão utilizadas pela mão-de-obra, deverão ser providas de munição com procedência de fabricação, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

7.1.2.2.1 As armas empregadas na prestação de serviços de segurança privada serão de propriedade da(o) CONTRATADA(O) e deverão ter:

7.1.2.2.1.1 cadastro obrigatório no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), nos termos de legislação específica;

7.1.2.2.1.2 registro e controle pela Polícia Federal.

7.2 Caberá à(ao) CONTRATADA(O) exigir das(os) profissionais a utilização adequada dos materiais e dos equipamentos durante a prestação de serviços, sob pena de caracterização de infração.

8. INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

8.1 A demanda do TRE/SE tem como base as seguintes características:

COMPOSIÇÃO	VIGILANTE
QUANTIDADE E TIPOS DE POSTOS	- 4 postos 12X36 diurno armado; - 3 postos 12X36 noturno armado; - 20 postos 44 horas semanais.
SALÁRIO DO PROFISSIONAL	Deverá ser, no mínimo, igual ao piso salarial estabelecido em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data da licitação. Adotar CCT SE000237/2024, registrada em 11/12/2024, vigente no período 1º/1/2025 a 31/12/2025 e Termo Aditivo registrado sob o nº MTE SE 000003/2025.
ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	Adicional de 30% de periculosidade.
ADICIONAL NOTURNO (das 22 horas até as 5 horas)	Adicional de 20%, quando cabível.
INTERVALO INTRAJORNADA	1 (uma) hora de intervalo para alimentação e repouso, de segunda a sexta-feira, não havendo necessidade de substituição da(o) empregada(o), para os postos de 44 (quarenta e quatro) horas. Para os postos de 12x36, esse intervalo deverá ser indenizado.
SUBSTITUIÇÕES - REPOSIÇÃO DE EMPREGADAS(OS)	Nas ausências e em todas as hipóteses de afastamentos legais deverá ocorrer a substituição da(o) empregada(o).
TRANSPORTE	Previsão mensal de 22 (vinte e dois) dias úteis para os postos de 44 (quarenta e quatro) horas. Previsão mensal de 30/31 (trinta/trinta e um) dias para os postos de 12x36.
BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO	Previsão mensal de 22 (vinte e dois) dias úteis para os postos de 44 (quarenta e quatro) horas. Previsão mensal de 30/31 (trinta/trinta e um) dias para os postos de 12x36.
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS (HORA EXTRA)	Para os postos 44 horas semanais em anos eleitorais - 5.720 horas em dias úteis e sábados / 4.080 horas para os domingos e feriados.
DIÁRIAS (DESLOCAMENTO)	Não há previsão.
UNIFORMES E EPI	Fornecimento ANUAL conforme especificado na <i>tabela 8</i> , item 6.12 deste documento .
MATERIAIS	Fornecimento de material especificado no item 7 deste documento.
EQUIPAMENTOS	Fornecimento de equipamento especificado no item 7 deste documento.
CONTA-DEPÓSITO VINCULADA	Embora prevista no Termo de Cooperação firmado com a instituição bancária, a taxa mensal de manutenção da conta-depósito vinculada não é cobrada pela instituição bancária; contudo, nos custos indiretos da planilha de formação de preços, deve constar a previsão desse custo , consoante acordo firmado entre o TRE/SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança de tarifas mensais de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na internet (www.bb.com.br), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.
NOTA: A Seção de Análise e Compras (SEACO) deverá observar, além dos parâmetros acima indicados, as obrigações/benefícios previstos, quando for o caso, no instrumento coletivo de trabalho correspondente à categoria envolvida na prestação dos serviços.	

Tabela 9 – Fatores para o dimensionamento do custo do serviço.

8.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá observar, quando for o caso, além dos parâmetros acima indicados, as obrigações/benefícios previstos no Instrumento Coletivo de Trabalho correspondente à categoria envolvida na prestação dos serviços.

8.3 A(O) CONTRATADA(O) deve observar que o TRE/SE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

8.3.1 Pagamento de participação das(os) trabalhadoras(es) nos lucros ou nos resultados da empresa CONTRATADA;

8.3.2 Matéria não trabalhista ou que estabeleça direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

8.3.3 Preços para os insumos relacionados, quando for o caso, ao exercício da atividade da categoria.

9. INÍCIO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 O início da vigência da contratação será estipulado em Contrato.

9.2 A contratação será firmada inicialmente com o prazo de vigência de **60 (sessenta) meses**, prorrogáveis na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

10.1 O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao artigo 170 da CF/1988, ao artigo 5º da Lei 14.133/2021, à Lei 12.187/2009, ao artigo 6º da Instrução Normativa 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto 7.746/2012.

10.2 Realizou-se consulta ao [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU](#) com o objetivo de identificar práticas e critérios de sustentabilidade e acessibilidade, de modo a mitigar os possíveis impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento dos serviços e/ou adotar/aperfeiçoar condições de acessibilidade no Tribunal.

10.3 Serão adotadas as seguintes práticas sustentáveis aplicadas nas contratações em geral:

10.3.1 É dever da(o) CONTRATADA(O) orientar periodicamente suas(seus) empregadas(os) na implementação de ações e hábitos visando à redução de consumo de energia elétrica e de consumo de água e à redução de produção de resíduos sólidos no ambiente onde prestará o serviço, tais como:

a) Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

b) Separar outros tipos de resíduos sólidos gerados nas atividades, acondicionando-os adequadamente e de forma diferenciada (reutilizáveis e recicláveis), para disponibilizá-los em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela(o) CONTRATANTE;

- c) Evitar o uso de copos descartáveis nas dependências do órgão ou entidade;
- d) Destinar, de forma ambientalmente adequada, os materiais e os equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços.
- 10.3.2 Conduzir as ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental em relação à prevenção de adversidades as quais possam afetar o meio ambiente e a saúde das(os) trabalhadoras(es) e das pessoas envolvidas na prestação dos serviços.
- 10.3.3 Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, de materiais, de tecnologias e de matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do artigo 4º do Decreto 7.746/2012.
- 10.3.4 Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com os ditames do Ministério do Trabalho e Emprego e com a legislação ambiental vigente.
- 10.3.5 Fornecer às(aos) empregadas(os) os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.
- 10.3.6 Observar as Normas Regulamentadoras do MTE referentes à elaboração e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde das(os) trabalhadoras(es).
- 10.3.7 Observar, nas atividades de recrutamento e seleção de pessoal, ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, bem como cumprir as cotas estabelecidas na legislação para a contratação de pessoal para a execução dos serviços.
- 10.3.8 A(O) ADJUDICATÁRIA(O) ou CONTRATADA(O) deverá comprovar (como condição à assinatura do Contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual) o atendimento às seguintes condições:
- 10.3.8.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escrava(o), instituído pela Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024.
- 10.3.8.1.1 O Cadastro de Empregadoras(es) previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR 18/2024 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o artigo 2º (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).
- 10.3.8.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.
- 10.3.8.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O). A declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

11. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1 Os serviços de vigilância e segurança armada e desarmada serão executados de forma contínua sob a orientação/supervisão do **Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS**.
- 11.2 A comprovação referente à execução dos serviços será realizada por meio do acompanhamento, do registro diário relativo às atividades e da emissão de relatório mensal contendo, no mínimo, o balanço detalhado das atividades realizadas (a exemplo: identificação da atividade/tarefa, com data e prazo de execução; responsável pela execução). A entrega do relatório deverá ser feita até o **5º (quinto) dia útil** do mês imediatamente posterior ao mês trabalhado.
- 11.3 Os serviços executados serão avaliados **mensalmente** através de registro no Anexo I **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, que conterá a aferição da qualidade esperada em relação à prestação dos serviços.

ANEXO III
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1 Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas (serviços/obrigações) estabelecidas.
- 1.2 O procedimento a ser adotado visando à avaliação do resultado relativo ao **Contrato de prestação de serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe**, encontra-se descrito neste documento, que deverá ser efetuado periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados, sendo estes encaminhados à Gestão da Execução do Contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1 Os serviços executados serão avaliados mensalmente para a aferição da qualidade esperada em relação à prestação dos serviços.
- 2.2 As Tabelas 1 e 2 apresentam os indicadores, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade, elaborados a partir das seguintes regras:
- a) Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados na Tabela 1.
- b) Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos. Essa diferença está relacionada a essencialidade/relevância do indicador para a qualidade dos serviços.
- c) A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre **80 (oitenta) e 0 (zero)**, correspondentes respectivamente as situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS					
Ocorrências (item/indicador)	Situações aplicáveis (exemplificativo)	Instrumento de medição	Faixa de ajuste no pagamento	Nº de ocorrências no mês	Pontuação atribuída

1. Falha no atendimento solicitações	<p>Deixar de atender às solicitações da fiscalização.</p> <p>Atraso no atendimento de solicitações da fiscalização.</p> <p>Recusar a execução de serviço solicitado pela fiscalização, sem motivo justificado.</p> <p>Manter empregada(o) sem qualificação para a execução dos serviços.</p>	Relatório mensal da fiscalização técnica.	<p>Até 5 apontamentos – 0 ponto.</p> <p>De 6 a 10 apontamentos – 5 pontos.</p> <p>Acima de 10 apontamentos – 10 pontos.</p>		
2. Falha na execução do serviço	<p>Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.</p> <p>Deixar de cumprir as determinações contidas nos Procedimentos Operacionais Padrão 1009581, 1009625, 1009773, 1050697, 1051483, 1060390, 1361222, 1009825, 1045406 e 1060423.</p> <p>Deixar de atender as pessoas com cortesia e urbanidade.</p> <p>Utilizar as dependências da(o) CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.</p> <p>Utilizar, para a execução dos serviços, material/equipamento em desconformidade com a previsão contratual.</p> <p>Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seu pessoal.</p>	Relatório mensal da fiscalização técnica	<p>Até 5 apontamentos – 0 ponto.</p> <p>De 6 a 8 apontamentos – 5 pontos.</p> <p>De 9 a 12 apontamentos – 10 pontos.</p> <p>Acima de 12 apontamentos – 20 pontos.</p>		
3. Ausência de colaboradoras(es) (posto descoberto)	<p>Não providenciar a reposição de empregadas(os) faltosas(os), quando for o caso.</p> <p>Não substituir, após notificação, colaboradora(colaborador) que impeça, embarace ou dificulte a fiscalização do Contrato ou que apresente conduta inconveniente.</p>	<p>Verificação de frequência mensal.</p> <p>Relatório mensal da fiscalização técnica.</p> <p>Avaliação da ocorrência por empregada(o) e por dia.</p>	<p>Sem ausências = 0 pontos.</p> <p>Ausência de até 2 dias/mês = 2 pontos.</p> <p>Ausência de 3 até 5 dias/mês = 5 pontos</p> <p>Ausência de 6 até 11 dias/mês = 10 pontos.</p> <p>Ausência de 12 até 15 dias/mês = 15 pontos.</p> <p>Ausência superior a 15 dias/mês = 20 pontos.</p>		
4. Atraso no cumprimento das obrigações trabalhistas (atraso no pagamento de salários e outros benefícios)	Atraso no crédito de salários, décimo terceiro, férias, benefícios (ex: vale-transporte, vale-alimentação e outros previstos na Convenção Coletiva ou norma legal) e rescisões contratuais.	Relatório da Fiscalização Administrativa por meio de análise documental. Avaliação da ocorrência por empregada(o).	<p>Sem ocorrências = 0 pontos.</p> <p>1 a 2 ocorrências no mês = 5 pontos.</p> <p>3 a 4 ocorrências no mês = 10 pontos.</p> <p>5 ou mais ocorrências no mês = 20 pontos.</p>		

5. Descumprimentos na entrega e utilização de uniformes (inclusive crachá) e EPIs (se exigível)	Não fornecimento de conjunto completo de uniforme e de EPI (quando exigido) a suas(seus) funcionárias(os), nos prazos e condições previstas nos artefatos/instrumentos da contratação.	Relatório mensal da fiscalização técnica.	Sem ocorrências = 0 pontos.		
	Inobservância na utilização do uniforme: uso de uniforme incompleto, inadequado ou excessivamente danificado. Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários.	Avaliação da ocorrência por empregada(o).	1 a 2 ocorrências no mês = 4 pontos. 3 a 4 ocorrências no mês = 6 pontos. 5 ou mais ocorrências no mês = 10 pontos.		
Resultado da aferição dos serviços prestados					Mínimo = 0 pontos Máximo = 80 pontos

Tabela 1 – IMR - Indicadores para avaliação dos serviços

2.3 Descumpridas as condições especificadas, serão aplicados descontos das respectivas Faturas mensais, baseados na pontuação acumulada obtida no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo III - A)**.

2.3.1 A aferição da qualidade e do cumprimento dos serviços acontecerá por ocorrência/item analisado e implicará no ajuste mensal do pagamento, conforme as seguintes faixas:

Faixa	Pontuação Acumulada	Desconto	Valor da fatura
1 (Tolerância)	De 0 a 10 pontos	0%	100% do valor mensal contratado
2	De 11 a 25 pontos	2%	98% do valor mensal contratado
3	De 26 a 40 pontos	4%	96% do valor mensal contratado
4	De 41 a 55 pontos	6%	94% do valor mensal contratado
5	De 56 a 75 pontos	10%	90% do valor mensal contratado
6	Acima de 75 pontos	15%	85% do valor mensal contratado

Tabela 2 – IMR - Faixas de ajuste do pagamento

2.4 A atribuição de mais de 75 (setenta e cinco) pontos no mês, além do desconto/glosa de 15% da Fatura mensal, caracterizará a inexecução parcial do Contrato.

2.5 A utilização do presente IMR não impede que a(o) Gestora(Gestor) do Contrato instaure, a qualquer tempo, processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

2.6 O cometimento reiterado de ocorrências em um indicador específico do IMR dará ensejo à instauração de processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.

2.6.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por **3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados**, todos aferidos a cada intervalo de 1(um) ano de execução do pacto.

2.7 Além de eventuais descontos na Fatura, por ocasião das ocorrências registradas por meio do IMR, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita(o) a glosa por serviço não prestado (e.g.: ausência de reposição em postos de trabalho, interrupção no serviço prestado, entre outros).

3. DAS RESPONSABILIDADES

3.1 A(O) Fiscal Técnica(o) é responsável pela avaliação dos serviços prestados, sendo responsável, ainda, pelo encaminhamento da documentação de avaliação para a Gestão da Execução do Contrato.

3.2 A(O) Fiscal Administrativa(o) auxiliará a(o) Gestora(Gestor) do Contrato e a fiscalização dos aspectos técnicos e administrativos da contratação, competindo-lhes o acompanhamento da execução das atividades, etapas ou tarefas, no âmbito de sua unidade.

3.2.1 A(O) Fiscal Técnica(o) emitirá mensalmente o **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (ANEXO III - A)**.

3.3 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nas informações prestadas pela(o) Fiscal Técnica(o), avaliar mensalmente o desempenho da(o) CONTRATADA(O).

4. DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

4.1 Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato efetuar o acompanhamento dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

4.2 No final de cada mês de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até cinco (5) dias após o fechamento das medições, Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (ANEXO III - A)** gerado no período.

4.3 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nas informações prestadas pela(o) Fiscal Técnica(o), avaliar mensalmente o desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao Contrato firmado e encaminhar uma via do documento para a(o) CONTRATADA(O).

4.4 Com base nas informações oriundas da(o) Fiscal Técnica(o), a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

4.5 A(O) CONTRATADA(O) poderá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **cinco (5) dias**, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato **em até dois (2) dias**.

4.6 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(o) CONTRATADA(O), informará à(o) mesma(o) para que emita a Nota Fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

4.7 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultados, caberá à(ao) CONTRATADA emitir a Nota Fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

4.8 Caberá à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

5. DAS ISENÇÕES

5.1 Durante os primeiros 3 (três) meses de Contrato, a título de carência, para que a(o) CONTRATADA(O) efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, e a(o) CONTRATANTE conheça, discuta e adapte localmente o procedimento avaliativo, caso sejam identificadas e registradas ocorrências que resultem em ajuste mensal do pagamento (desconto), aplicar-se-á progressivamente as isenções na forma descrita abaixo:

Mês	Percentual de Isenção
1º mês de execução contratual	100% (sobre o valor do desconto)
2º mês de execução contratual	70% (sobre o valor do desconto)
3º mês de execução contratual	30% (sobre o valor do desconto)

Tabela 3 – Isenções

5.2 Ao término deste período, todos os requisitos/indicadores estabelecidos serão cobrados de forma integral durante todo o prazo contratado.

ANEXO III - A

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato nº:	Mês:	Data:
Contratada(o):		
Responsável pela fiscalização:	Unidade:	
Gestora(Gestor) da Execução do Contrato:		

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS					
Ocorrências (item/indicador)	Situações aplicáveis (exemplificativo)	Instrumento de medição	Faixa de ajuste no pagamento	Nº de ocorrências no mês	Pontuação atribuída
1. Falha no atendimento solicitações	Deixar de atender às solicitações da fiscalização. Atraso no atendimento de solicitações da fiscalização. Recusar a execução de serviço solicitado pela fiscalização, sem motivo justificado. Manter empregada(o) sem qualificação para a execução dos serviços.	Relatório mensal da fiscalização técnica.	Até 5 apontamentos – 0 ponto. De 6 a 10 apontamentos – 5 pontos. Acima de 10 apontamentos – 10 pontos.		

2. Falha na execução do serviço	<p>Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.</p> <p>Deixar de cumprir as determinações contidas nos Procedimentos Operacionais Padrão (doc. 1009581, 1009625, 1009773, 1050697, 1051483, 1060390, 1361222, 1009825, 1045406 e 1060423).</p> <p>Deixar de atender as pessoas com cortesia e urbanidade.</p> <p>Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato.</p> <p>Utilizar, para a execução dos serviços, material/equipamento em desconformidade com a previsão contratual.</p> <p>Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seu pessoal.</p>	Relatório mensal da fiscalização técnica.	<p>Até 5 apontamentos – 0 ponto.</p> <p>De 6 a 8 apontamentos – 5 pontos.</p> <p>De 9 a 12 apontamentos – 10 pontos.</p> <p>Acima de 12 apontamentos – 20 pontos.</p>		
3. Ausência de colaboradoras(es) (posto descoberto)	<p>Não providenciar a reposição de empregadas(os) faltosas(os), quando for o caso.</p> <p>Não substituir, após notificação, colaboradora(colaborador) que impeça, embarace ou dificulte a fiscalização do Contrato ou que apresente conduta inconveniente.</p>	<p>Verificação de frequência mensal.</p> <p>Relatório mensal da fiscalização técnica.</p> <p>Avaliação da ocorrência por empregada(o) e por dia.</p>	<p>Sem ausências = 0 pontos.</p> <p>Ausência de até 2 dias/mês = 2 pontos.</p> <p>Ausência de 3 até 5 dias/mês = 5 pontos</p> <p>Ausência de 6 até 11 dias/mês = 10 pontos.</p> <p>Ausência de 12 até 15 dias/mês = 15 pontos.</p> <p>Ausência superior a 15 dias/mês = 20 pontos.</p>		
4. Atraso no cumprimento das obrigações trabalhistas (atraso no pagamento de salários e outros benefícios)	Atraso no crédito de salários, décimo terceiro, férias, benefícios (ex: vale-transporte, vale-alimentação e outros previstos na Convenção Coletiva ou norma legal) e rescisões contratuais.	Relatório da Fiscalização Administrativa por meio de análise documental. Avaliação da ocorrência por empregada(o).	<p>Sem ocorrências = 0 pontos.</p> <p>1 a 2 ocorrências no mês = 5 pontos.</p> <p>3 a 4 ocorrências no mês = 10 pontos.</p> <p>5 ou mais ocorrências no mês = 20 pontos.</p>		
5. Desconformidades na entrega e utilização de uniformes (inclusive crachá) e EPIs (se exigível)	<p>Não fornecimento de conjunto completo de uniforme e de EPI (quando exigido) a suas(seus) funcionárias(os), nos prazos e condições previstas nos artefatos/instrumentos da contratação.</p> <p>Inobservância na utilização do uniforme: uso de uniforme incompleto, inadequado ou excessivamente danificado.</p> <p>Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários.</p>	<p>Relatório mensal da fiscalização técnica.</p> <p>Avaliação da ocorrência por empregada(o).</p>	<p>Sem ocorrências = 0 pontos.</p> <p>1 a 2 ocorrências no mês = 4 pontos.</p> <p>3 a 4 ocorrências no mês = 6 pontos.</p> <p>5 ou mais ocorrências no mês = 10 pontos.</p>		
Resultado da aferição dos serviços prestados				Mínimo = 0 pontos Máximo = 80 pontos	

VALOR DO SERVIÇO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL	
Valor mensal do Contrato (A)	R\$

Desconto (B)	%
Valor do serviço para emissão da Nota Fiscal [C = A x (1 - B)]	R\$

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

(Processo administrativo SEI 0005582-61.2025.6.25.8000: Doc. 1805046)

Disponível em <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026> (pesquisar por número da licitação) e http://www.comprasnet.gov.br/consullicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º ou do CONTRATO N.º <nº da nota de empenho/contrato>**, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelas(os) suas(seus) empregadas(os), a **CONTRATADA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da **CONTRATADA**;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com suas(seus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua(seu) controladora(controlador), sua(seus) controladas(os), coligadas(os), representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultadas(os), suas(seus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiras pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiras pessoas;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na extinção do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas(seus) filiadas(os), nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>
<Qualificação>	Matrícula: xxxxxxxx
TESTEMUNHAS	

<div><Nome></div> <div><Qualificação></div>	<div><Nome></div> <div><Qualificação></div>
---	---

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidas(os) na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pelas(os) novas(os) empregadas(os) envolvidas(os) na execução dos serviços ou no fornecimento de bens contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este instrumento, as(os) funcionárias(os) abaixo identificadas(os) declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIAS(OS) DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº ____/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTÍNUOS, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA, A SEREM PRESTADOS NOS PRÉDIOS E ÁREAS UTILIZADAS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE SERGIPE.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(seu) (cargo), Senhora(Senhor) **(NOME COMPLETO)**, portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 9.507/2018, 11.246/2022 e 12.174/2024, da Resolução CNJ 651/2025, da Resolução CNJ 347/2020, da Resolução TSE 23.702/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015 e da Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 5/2017 e SEGES/MGI 176/2024, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, processos SEI 0005582-61.2025.6.25.8000 e 0000992-07.2026.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTÍNUOS, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA, A SEREM PRESTADOS NOS PRÉDIOS E ÁREAS UTILIZADAS PELA**

JUSTIÇA ELEITORAL DE SERGIPE, código SIASG 23795, conforme especificações definidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.

1.2 Serão contratados **27 (vinte e sete) POSTOS DE TRABALHO** com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo 01 [uma(um)] ou 2 [duas(dois)] profissionais por posto, a depender da carga horária do posto.

1.3 Quantidade de profissionais a serem contratadas(os) para a prestação dos serviços:

1.3.1 Contratação de três postos de vigilância armada, diurnos, 12hX36 horas, para a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, **totalizando 6 (seis) vigilantes**.

1.3.2 Contratação de três postos de vigilância armada, noturnos, 12hX36 horas, para a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, **totalizando 6 (seis) vigilantes**.

1.3.3 Contratação de dezenove postos de vigilância diurna 44 horas semanais, desarmada, para a sede dos Cartórios Eleitorais das cidades de Aquidabã, Boquim, Capela, Carira, Itaporanga, Itabaiana, Cristinápolis, Campo do Brito, Estância, Umbaúba, Tobias Barreto, Ribeirópolis, Simão Dias, Porto da Folha, Lagarto, Gararu, Maruim, Nossa Senhora do Socorro e Canindé de São Francisco, sendo um posto para cada local, **totalizando 19 (dezenove) vigilantes**.

1.3.4 Contratação de um posto de vigilância diurna 44 horas semanais, desarmada e um posto diurno 12hX36 armado para o Fórum Aloísio de Abreu Lima, sede dos Cartórios Eleitorais de Aracaju, **totalizando 3 (três) vigilantes**.

1.4 A tabela a seguir reflete o objeto da contratação:

ITEM DO PREGÃO ELETRÔNICO	CÓDIGO SIASG/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO (componentes do objeto)		QUANTIDADE	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO
1	23795 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA - 24 HORAS DIURNAS	Posto de trabalho	Vigilante	Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	3 Postos (6 vigilantes)	60 meses
				Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	4 Postos (8 vigilantes)	
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Aracaju	1 Posto (1 vigilante)	
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 5%	17 Postos (17 vigilantes)	
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 4%	1 Posto (1 vigilante)	
				Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 3%	1 Posto (1 vigilante)	
		Horas Extras Eleições 2026 / 2028 / 2030 (9.800 horas estimadas)				

Tabela 1

1.5 Os requisitos e atribuições das(os) profissionais encontram-se disciplinados nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS (Anexo II ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026)**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses**, com início na data de ____/____/2026 e encerramento em ____/____/2031.

2.2 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado** até o prazo limite estabelecido na legislação, por interesse das partes, mediante Termo Aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados:

2.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada.

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que o serviço tenha sido prestado regularmente.

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.2.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.

2.2.5 Haja manifestação expressa da(o) CONTRATADA(O) informando o interesse na prorrogação.

2.2.6 Seja comprovado que a(o) CONTRATADA(O) mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A **vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

2.3.1 Os itens envolvendo a folha de salários forem reajustados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de ato normativo.

2.3.2 Os itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) forem reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).

2.4 A(O) CONTRATADA(O) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 Na hipótese de prorrogação contratual, devem-se comprovar as alíquotas médias efetivas de PIS e COFINS, a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes da oscilação de seus custos.

2.6 Considerando-se a natureza do objeto de prestação do serviço, não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO, DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO, DAS FÉRIAS E DO BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO

3.1 Jornada de Trabalho

POSTO	TURNO	HORA (ESCALA)	DIAS DA SEMANA	TIPO DE VIGILÂNCIA
12x36 horas	diurno	12 horas diárias	segunda-feira a domingo	armada
	noturno	12 horas diárias	segunda-feira a domingo	
44 horas semanais	diurno	9 horas diárias	segunda-feira a quinta-feira	desarmada

	8 horas diárias	sexta-feira
--	-----------------	-------------

Tabela 2

3.1.1 Dentro da jornada diária dos postos de 44 horas semanais, o horário de início e término do trabalho a ser cumprido pelo vigilante será estabelecido pela Chefia de Cartório, em se tratando de Zona Eleitoral e pelo(a) Responsável pelo Núcleo de Atendimento ao Eleitor - NAE, no caso da Sede dos Cartórios da Capital, respeitando o que estabelece a legislação trabalhista e a Convenção da categoria.

3.1.1.1 Tanto na Sede das Zonas Eleitorais da Capital quanto nas sedes das Zonas Eleitorais do Interior do Estado a prestação do serviço do posto de 44h poderá ocorrer no intervalo entre 7h e 19h, com uma hora de intervalo para alimentação e repouso, de segunda a sexta-feira.

3.1.2 O intervalo de uma hora para alimentação e repouso será concedido aos postos de 44 (quarenta e quatro) horas, não havendo necessidade de substituição da(o) empregada(o).

3.1.2.1 Para os postos de 12x36, esse intervalo deverá ser indenizado.

3.1.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá manter controle de jornada de trabalho com anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, permitindo à(ao) CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

3.1.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá também apresentar o controle de frequência mensal das(os) empregadas(os).

3.1.4 O TRE/SE poderá, excepcionalmente, solicitar a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos, desde que a necessidade seja comunicada previamente (antecedência de 24h) à(ao) CONTRATADA(O) e que seja feita posteriormente a compensação de horário das(os) profissionais envolvidas(os) na tarefa.

3.1.4.1 Por necessidade do serviço, devidamente justificada e tempestivamente comunicada, o horário da prestação dos serviços poderá ser alterado, levando em consideração o interesse do TRE/SE e a legislação em vigor, sendo permitida a execução de horas extras remuneradas apenas no período previsto no item **3.2.4.1**.

3.1.4.1.1 A compensação a que alude o item **3.1.4** deve ocorrer em conformidade com o previsto na CCT adotada.

3.1.5 Devido às características e especificidades dos serviços contidos nesta contratação, em especial a atribuição prevista no item 4.3.8, I, "o", do Anexo II (Especificações Técnicas dos Serviços) não será aplicada a previsão contida no artigo 4º do Decreto Nº 12.174/2024.

3.2 Previsão de serviço extraordinário

3.2.1 Em casos excepcionais, para os postos de trabalho de 44h/vigilância desarmada, havendo a necessidade de prorrogação da jornada diária, sem compensação, a hora excedente será remunerada conforme o número de horas efetivamente trabalhadas por empregada(o) mediante a aplicação do percentual definido na respectiva convenção coletiva de trabalho.

3.2.2 A prestação de serviço envolvendo hora extra remunerada deverá ser comunicada à(ao) CONTRATADA(O) pela Gestão/Fiscalização da Contratação (com antecedência mínima de 24h), a quem compete solicitar, justificar, autorizar e comprovar a necessidade de serviço em horário extraordinário.

3.2.2.1 Somente serão pagas as horas extras cujas necessidades tenham sido comunicadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação à(ao) CONTRATADA(O).

3.2.3 As horas trabalhadas no horário estabelecido em Contrato, seja em dia de ponto facultativo do TRE/SE ou em dia de recesso forense, são horas normais e não serão consideradas como serviço extraordinário.

3.2.3.1 Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de frequência excedentes a 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos, como determina o artigo 58, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

3.2.4 Estima-se a realização da seguinte quantidade de horas extras para os postos de 44 (quarenta e quatro) horas:

HORAS EXTRAS	QUANTIDADE ESTIMADA
dias úteis e sábados	5.720 h
domingos e feriados	4.080 h

Tabela 3

3.2.5 Os valores do serviço extraordinário somente serão ressarcidos quando comprovado o pagamento à(ao) empregada(o) mediante demonstrativo de pagamento (contracheque/depósito bancário).

3.3 Férias

3.3.1 As férias das(os) empregadas(os) a serem destacadas(os) para prestarem os serviços objeto deste Instrumento devem observar, no que couber, regramentos contidos no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), no Decreto nº 12.174/2024, na Instrução Normativa nº 213/2025 e em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho para a categoria, vigente na data de entrega da proposta.

3.3.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar, semestralmente e sempre que solicitado, escala de férias das(os) profissionais alocadas(os) nos postos de trabalho objeto deste Contrato, sem prejuízo à qualidade e continuidade dos serviços.

3.3.3 A(O) CONTRATADA(O) alterará a escala de férias exibida, a pedido do CONTRATANTE, sempre que houver possibilidade de prejuízo ao bom andamento dos serviços contratados.

3.3.4 A Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC), em caráter excepcional, poderá indicar período de férias diferente do previsto na escala de férias.

3.3.4.1 A EFC comunicará à(ao) CONTRATADA(O) com, no mínimo, 40 (quarenta) dias de antecedência ao início do período de férias da(o) profissional.

3.3.5 As férias não deverão ser concedidas no período do recesso forense.

3.4 Ticket refeição e/ou alimentação:

3.4.1 O valor referente ao benefício de alimentação da(o) trabalhadora(trabalhador) deverá ser, **no mínimo**, igual ao estabelecido em Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente para a categoria.

CLÁUSULA QUARTA - DO FARDAMENTO, DOS MATERIAIS, DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

4.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cuidar para que suas(seus) empregadas(os) se apresentem devidamente uniformizadas(os) e identificadas(os) por meio de crachá.

4.2 Os uniformes a serem fornecidos pela(o) CONTRATADA(O) a suas(seus) empregadas(os) deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no TRE/SE, sem qualquer repasse do custo para a(o) empregada(o), observando o disposto neste tópico e no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

4.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá cuidar para que as(os) profissionais indicadas(os) para a prestação dos serviços apresentem-se trajando fardamento sempre limpo e passado/engomado.

4.4 A(O) CONTRATADA(O) fornecerá obrigatoriamente o fardamento a cada empregada(o) conforme consta de tabela desta cláusula, compreendendo também materiais de identificação e segurança, **quando couber**, os quais serão disponibilizados **na antevéspera do primeiro dia de atividade**.

4.5 O fardamento deverá ser entregue à(ao) profissional, mediante recibo, cuja cópia deverá ser entregue ao CONTRATANTE no prazo de **5 (cinco) dias**, a

contar da entrega.

4.6 O fardamento deve ser padronizado conforme especificado neste tópico e aprovado previamente pela FISCALIZAÇÃO.

4.6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá submeter amostra do uniforme, em **até 15 (quinze) dias** antes do início da execução contratual, para aprovação por parte do TRE/SE do modelo e da qualidade, estando resguardado a este órgão o direito de exigir a substituição daquele julgado inadequado, tendo a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em prazo fixado pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

4.6.1.1 O uniforme é especial, regulado e autorizado pela Polícia Federal.

4.7 A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer **ANUALMENTE** a cada profissional, no mínimo, o quantitativo de fardamento completo (vide tabela descritiva do uniforme).

4.8 Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada funcionária(o).

4.9 A empresa deverá, ainda, fornecer uniforme apropriado às empregadas gestantes, quando for o caso, substituindo-o sempre que necessário.

4.10 O fardamento deverá ser substituído na frequência especificada na tabela ou sempre que houver necessidade, sendo vedado exigir a devolução do uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

4.10.1 O fardamento deve ser substituído imediatamente quando não mais estiver em condições de uso, ou quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, independente de já haver sido fornecida a quantidade anual prevista.

4.10.2 O fardamento deverá ser fornecido em quantidade suficiente para que a(o) profissional não se apresente para trabalho com roupa suja, mal passada, rasgada etc.

4.11 Caberá à(ao) CONTRATADA(O) exigir a utilização permanente e adequada do fardamento e da identificação durante a prestação de serviço, sob pena de caracterização de infração.

4.12 Descrição do uniforme e do EPI por posto:

CATEGORIA	UNIFORME E EPI (Periodicidade anual)
VIGILANTE	<p>1. Para cada vigilante dos postos 44 horas:</p> <p>a) 2 (duas) calças;</p> <p>b) 2 (duas) camisas de mangas curtas com emblema da empresa;</p> <p>c) 1 (um) cinto de nylon;</p> <p>d) 2 (dois) pares de botas;</p> <p>e) 2 (dois) pares de meias;</p> <p>f) 1 (um) quepe ou boné com emblema da empresa;</p> <p>g) 1 (uma) capa de chuva;</p> <p>h) 1 (um) cassetete;</p> <p>i) 1 (um) porta cassetete;</p> <p>j) 1 (um) crachá em acrílico, contendo: foto recente, nome, RG, tipo sanguíneo.</p> <p>2. Para cada vigilante dos postos 12 x 36 horas (diurno/noturno):</p> <p>a) 2 (duas) calças;</p> <p>b) 2 (duas) camisas de mangas curtas com emblema da empresa;</p> <p>c) 1 (um) cinto de nylon;</p> <p>d) 2 (dois) pares de botas;</p> <p>e) 2 (dois) pares de meias;</p> <p>f) 1 (um) quepe ou boné com emblema da empresa;</p> <p>g) 1 (uma) capa de chuva;</p> <p>h) 1 (um) cassetete;</p> <p>i) 1 (um) porta cassetete;</p> <p>j) 1 (um) crachá em acrílico, contendo: foto recente, nome, RG, tipo sanguíneo.</p>

Tabela 4

4.13 Dos materiais e equipamentos

4.13.1 A(O) CONTRATADA(O) disporá dos seguintes materiais (insumos) e equipamentos para a vigência de **60 (sessenta) meses**, observadas as características mínimas abaixo:

4.13.1.1 Para o Posto de 44 horas em Aracaju:

4.13.1.1.1 1 (um) rádio transceptor de frequência aberta, compatível com os utilizados pela Segurança Institucional deste Tribunal (Motorola DTR 620).

4.13.1.2 Para cada Posto de 12 x 36 horas (diurno/noturno):

4.13.1.2.1 1 (um) revólver calibre 38 com 6 munições;

4.13.1.2.2 1 (um) cinto com coldre e baleiro com 4 munições;

4.13.1.2.3 1 (um) rádio transceptor de frequência aberta, compatível com os utilizados pela Segurança Institucional deste Tribunal (Motorola DTR 620);

4.13.1.2.4 1 (um) colete balístico completo.

4.13.1.2.5 1 (uma) lanterna de no mínimo 30 leds com bateria recarregável; e

4.13.1.2.6 1 (um) sistema de controle de ronda por GPS e QR codes.

4.13.2 As armas, que serão utilizadas pela mão-de-obra, deverão ser providas de munição com procedência de fabricação, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

4.13.3 As armas empregadas na prestação de serviços de segurança privada serão de propriedade da(o) CONTRATADA(O) e deverão ter:

4.13.3.1 cadastro obrigatório no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), nos termos de legislação específica;

4.13.3.2 registro e controle pela Polícia Federal.

4.13.4 Caberá à(ao) CONTRATADA(O) exigir das(os) profissionais a utilização adequada dos materiais e dos equipamentos durante a prestação de serviços, sob pena de caracterização de infração.

CLÁUSULA QUINTA - DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços serão executados de forma contínua sob a orientação/supervisão do **Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS**.

5.2 A comprovação referente à execução dos serviços será realizada por meio do acompanhamento, do registro diário relativo às atividades e da emissão de relatório mensal contendo, no mínimo, o balanço detalhado das atividades realizadas (a exemplo: identificação da atividade/tarefa, com data e prazo de execução; responsável pela execução). A entrega do relatório deverá ser feita até o **5º (quinto) dia útil** do mês imediatamente posterior ao mês trabalhado.

5.3 Os serviços executados serão avaliados **mensalmente** através de registro no **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**, que conterá a aferição da qualidade esperada em relação à prestação dos serviços.

5.3.1 Os indicadores, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade constam do **Anexo III (Instrumento de Medição de Resultado - IMR) ao Ato convocatório do PE 90001/2026 (Tabelas 1 e 2)** e foram elaborados a partir das seguintes regras:

5.3.1.1 Aos indicadores serão atribuídos pontos, conforme critérios apresentados na **Tabela 1**.

5.3.1.1.1 Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos. Essa diferença está relacionada à essencialidade/relevância do indicador para a qualidade dos serviços.

5.3.1.1.2 A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre **80 (oitenta) e 0 (zero)**, correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e de serviço com qualidade elevada.

5.4 A atribuição de mais de 75 (setenta e cinco) pontos no mês, além do desconto/glosa de 15% da Fatura mensal, caracterizará a inexecução parcial do Contrato.

5.5 A utilização do presente IMR não impede que a(o) Gestora(Gestor) do Contrato instaure, a qualquer tempo, processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

5.6 O cometimento reiterado de ocorrências em um indicador específico do IMR dará ensejo à instauração de processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.

5.6.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por **3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados**, todos aferidos a cada intervalo de 1(um) ano de execução do pacto.

5.7 Além de eventuais descontos na Fatura, por ocasião das ocorrências registradas por meio do IMR, a(o) CONTRATADA(O) estará sujeita à glosa por serviço não prestado (e.g.: ausência de reposição em postos de trabalho, interrupção no serviço prestado, entre outros).

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

6.1 A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos itens **5 e 6** do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:

- a) duração do Contrato (item 5.2);
- b) obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.3);
- c) obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.4);
- d) condições gerais da gestão (item 6.1);
- e) fiscalização e acompanhamento da execução contratual (6.2).

6.2 Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este instrumento.

6.2.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a endereço de e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

7.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC) composta por Gestora(Gestor) e Fiscais Técnica(o) e Administrativa(o).

7.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) do Contrato	Servidora(servidor) da Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços (COSER)	Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora(servidor) do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais (NIS) do TRE/SE	Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação do serviço estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização do público usuário.
3	Fiscal Administrativa(o)	Servidora(servidor) do Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF)	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução do serviço, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

4	Preposta(o)	Funcionária(o) CONTRATADA(O)	da(o)	a) Acompanhar a execução do Contrato; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
---	-------------	---------------------------------	-------	---

Tabela 5

7.3 Os procedimentos de fiscalização estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento e devem observar o detalhamento a seguir:

Fiscalização Administrativa

7.3.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

7.3.1.1 Acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias simples dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.
- c) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal (ou documento equivalente) do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- e) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de o prestador de serviço não estar sediado na referida municipalidade.

7.3.1.1.1 Com exceção do RANFS, os documentos acima indicados poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

7.3.1.2 Mensalmente:

- a) Os documentos indicados no item **7.3.1.1**.
- b) Relatório Detalhe da Guia do GFD (Guia de FGTS Digital), Guia de Recolhimento do FGTS - GFD, Comprovante de Pagamento da GFD, Recibo de Entrega das Declarações de Débitos e Créditos - DCTFWeb, Relatório Completo ou Relatório Resumo de Débitos da DCTFWeb, Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF (relativo ao Recibo DCTFWeb) e comprovante de Pagamento do DARF; ou outros eventuais documentos que os substituam.
- c) Folhas de Ponto, folha de pagamento analítica, **ou** contracheques, comprovantes de depósitos/transferências bancários - salários, comprovante de fornecimento de auxílio-alimentação e vale transporte (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento), comprovantes de benefícios suplementares definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho (com indicação nominal, valores, data e comprovação de entrega/pagamento).
- c.1) O fornecimento do benefício de auxílio-alimentação e do vale transporte deve ser efetuado de acordo com o disposto na proposta (planilha de formação de preços) da(o) CONTRATADA(O).
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada(o) por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação do serviço.
- e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da(o) CONTRATADA(O).

7.3.1.2.1 A documentação prevista na alínea "b" do item 7.3.1.2 deve corresponder à competência do mês anterior ao da Fatura.

7.3.1.2.1.1 No último mês de vigência contratual, os documentos a que alude o item 7.3.1.2.1 devem abranger o mês anterior e também o de competência da Fatura.

7.3.1.2.2 A exigência da documentação elencada no item 7.3.1.2 poderá ser flexibilizada posteriormente, mediante acordo em reunião de alinhamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à(o) CONTRATADA(O).

7.3.1.3 A qualquer momento, quando solicitado pela Fiscalização Administrativa:

- a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de seu pessoal, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da(o) CONTRATADA(O), ou outros documentos que os substituam.
- b) Comprovação do envio/transmissão das informações previstas na Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do eSocial, conforme o enquadramento da(o) CONTRATADA(O).

7.3.1.4 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregadas(os) ou quando da ocorrência do fato gerador:

7.3.1.4.1 No primeiro mês de prestação do serviço:

7.3.1.4.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos: dados de suas(seus) empregadas(os), contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a qualificação das(os) profissionais alocadas(os).

7.3.1.4.1.1.1 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe de empregada(o)(s) não integrante(s) da relação acima mencionada, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.3.1.4.1.2 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação do serviço, ou após a admissão de nova(o)(s) empregada(o)(s): registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS e e-SocialWeb em meio digital e dos exames médicos admissionais das pessoas vinculadas à prestação de serviços avançados.

7.3.1.4.1.3 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação do serviço (extinção ou rescisão do Contrato), em relação ao pessoal demitido, ou após a demissão de qualquer empregada(o) durante a execução do Contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada.

- a) Registro do desligamento no e-Social.
- b) Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho da(o) empregada(o) prestadora(prestador) de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.
- c) Exames médicos demissionais, quando cabíveis.
- d) DARF e Guia de Recolhimento do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
- e) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregada(o) demitida(o).

7.3.1.4.1.4 Até a Fatura seguinte, a contar do fato gerador:

- a) Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.
- b) Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do GFD (Guia de FGTS Digital), Relatórios da DCTFWeb relativa ao décimo terceiro salário, respectivo DARF e comprovante de pagamento.

c) Aviso prévio, se for o caso.

d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT com o registro do desligamento no e-Social, Relatório Detalhe da Guia do GFD (Guia de FGTS Digital), Guia Rescisória do FGTS, com o respectivo comprovante de pagamento.

e) Termo de opção de vale-transporte assinada pela(o) empregada(o) e pela(o) CONTRATADA(O).

7.3.1.5 Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a(o) CONTRATADA(O) terá o prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da Contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

7.3.1.6 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da(o) CONTRATADA(O) em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar extinção contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

7.3.1.6.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por **3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados**, todos aferidos a cada intervalo de 1(um) ano de execução do pacto.

Fiscalização Técnica

7.3.2 A Fiscalização Técnica acompanhará a execução das atividades e emitirá mensalmente **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviços**.

7.3.2.1 Caberá à Fiscalização Técnica do Contrato registrar e arquivar as informações decorrentes do acompanhamento do serviço prestado de forma a embasar a avaliação mensal da(o) CONTRATADA(O).

7.3.2.2 No final de cada período de apuração, a Fiscalização Técnica do Contrato deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 5 (cinco) dias** após o fechamento das medições, o **Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviços** gerado no período.

Gestão da Execução do Contrato

7.3.3 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nas informações prestadas pela(o) Fiscal Técnica(o), avaliar mensalmente o desempenho da(o) CONTRATADA(O) frente ao Contrato firmado, encaminhando-lhe uma via do documento.

7.3.3.1 De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição atual os descontos pertinentes previstos neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da(o) CONTRATADA(O).

7.3.3.2 A(O) CONTRATADA(O) poderá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de **5 (cinco) dias**, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do contrato **em até 2 (dois) dias**.

7.3.3.3 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à(ao) CONTRATADA(O), informará à(ao) mesma(o) para que emita a Nota Fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

7.3.3.4 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultado, caberá à(ao) CONTRATADA(O) emitir a Nota Fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

7.3.3.5 Caberá à Gestão da Execução do Contrato **encaminhar mensalmente** à(ao) CONTRATADA(O), no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da(o) CONTRATADA(O) em relação aos conceitos por ela(e) alcançados.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1 O **valor total** estimado deste Contrato é de **R\$** _____ (valor por extenso), para o período de 60 (sessenta) meses, no interregno de ____/____/2026 a ____/____/2031, discriminado na tabela a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO (componentes do objeto)		QUANTIDADE (A)	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO	VALOR MENSAL DO POSTO (B)	VALOR MENSAL TOTAL DOS POSTOS (C=AxB)	VALOR TOTAL DOS POSTOS P/ 12 MESES (D=Cx12)	VALOR TOTAL DOS POSTOS P/ 60 MESES (E=Cx60)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - 24 HORAS DIURNAS	Vigilante	Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	3 Postos (6 vigilantes)	60 meses	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
		Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	4 Postos (8 vigilantes)		R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
		Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Aracaju	1 Posto (1 vigilante)		R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
		Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 5%	17 Postos (17 vigilantes)		R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
		Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 4%	1 Posto (1 vigilante)		R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
		Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais - Interior - ISS 3%	1 Posto (1 vigilante)		R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
	SUBTOTAL					R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
	Horas Extras Eleições 2026 / 2028 / 2030 (9.800)							R\$ XXXXXX
	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (60 MESES)					R\$ XXXXXX		

OBS. 1: A alíquota de 5% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços em Aracaju.
OBS. 2: A alíquota de 5% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços nas seguintes localidades do interior: Sedes das Zonas Eleitorais situadas nos municípios de Aquidabã (3ª), Capela (5ª), Carira (29ª), Itaporanga d'Ajuda (31ª), Itabaiana (9ª), Cristinápolis (30ª), Campo do Brito (24ª), Estância (6ª), Umbaúba (35ª), Tobias Barreto (23ª), Ribeirópolis (26ª), Simão Dias (22ª), Porto da Folha (18ª), Lagarto (12ª), Maruim (14ª), Nossa Senhora do Socorro (34ª) e Canindé de São Francisco (28ª).
OBS. 3: A alíquota de 4% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços na Sede da Zona Eleitoral situada no municípios de Gararu (8ª).
OBS. 4: A alíquota de 3% sobre o ISS será aplicada para a prestação dos serviços na Sede da Zona Eleitoral situada no municípios de Boquim (4ª).

Tabela 6

CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1 DA LIQUIDAÇÃO

9.1.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 (vinte) do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária, no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

9.1.1.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço.

9.1.1.2 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 9.1.1, será imputado à(o) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

9.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela EFC ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

9.1.3 Quando houver glosa parcial decorrente da aplicação dos critérios previstos no IMR, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado.

9.1.3.1 Considerando a metodologia fixada no IMR, o pagamento a ser realizado à(o) CONTRATADA(O) em contraprestação pela execução poderá ser reduzido proporcionalmente para refletir à qualidade insuficiente do que foi efetivamente entregue, até o limite de **15% (quinze por cento)** do valor da parcela devida.

9.1.4 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

9.1.4.1 O prazo de que trata o item **9.1.4** será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

9.1.5 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.1.5.1 O prazo de validade.

9.1.5.2 A data da emissão.

9.1.5.3 Os dados do Contrato e do CONTRATANTE.

9.1.5.4 O período respectivo de execução do Contrato.

9.1.5.5 O valor a pagar.

9.1.5.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

9.1.7 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.8 Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.1.8.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

9.1.8.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.1.9.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.1.9.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.10 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(o) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

9.1.11 Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2 PRAZO DE PAGAMENTO

9.2.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

9.2.1.1 O primeiro pagamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação do serviço e o último dia desse mês, e os pagamentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

9.2.1.2 O prazo de que trata o item **9.2.1** será reduzido à metade, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

9.2.1.2.1 O prazo referido no item **9.2.1.2** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.1.3 A presente contratação **não** permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9.2.2 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE/SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados

à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

9.2.2.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **9.2.2** não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

9.2.3 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a Nota Fiscal Eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) **sediada(o) fora do Município de Aracaju**, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

9.2.4 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

9.2.5 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

9.3 FORMA DE PAGAMENTO

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

9.3.4 Qualquer incorreção nas Faturas/Notas Fiscais comunicada à(o) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

9.3.5 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

9.3.6 O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente às(aos) empregadas(os), bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela(o) CONTRATADA(O).

9.3.7 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(o) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

9.3.8 A não apresentação da documentação de que trata o item **7.3** no prazo de **30 (trinta) dias** contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE poderá ensejar a extinção da contratação, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.

9.4 DAS RETENÇÕES NA FONTE

9.4.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

9.4.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

9.4.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

9.4.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

9.4.1.4 Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da [Resolução 651/2025](#) (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos.

9.4.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de custos, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

10.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da(o) CONTRATADA(O) os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da(o) CONTRATADA(O) e por Contrato, e movimentada exclusivamente por ordem do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.2 Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias e 1/3 constitucional	12,10 (primeiros 12 meses de vigência contratual) 3,025% (após o decurso de 12 meses de vigência contratual)
13º salário	8,33
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,0
Incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional	Conforme planilha apresentada pela(o) CONTRATADA(O) por ocasião do certame

Tabela 7

10.3 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

10.3.1 Além das verbas trabalhistas especificadas no item **10.3**, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, Sesi, Sesc, Senai, Senac, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no artigo 31 da Lei nº 8.212/1991.

10.4 Os pagamentos efetuados à(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

10.5 Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo CONTRATANTE à(o) CONTRATADA(O) somente na ocorrência do fato gerador, mediante comprovação documental (artigo 121, § 3º, V, da Lei 14.133/2021).

10.6 No caso de pagamento direto às(aos) empregadas(os) por inadimplemento da(o) CONTRATADA(O), os valores pagos serão deduzidos do montante devido à(o) CONTRATADA(O) (artigo 121, § 3º, IV, da Lei 14.133/2021).

10.7 A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

10.7.1 Pagamento direto às(aos) empregadas(os): quando o TRE/SE autorizar e solicitar ao Banco do Brasil a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

10.7.2 Resgate pela(o) CONTRATADA(O): quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos às(aos) empregadas(os) e solicitar o reembolso correspondente.

10.8 Para resgatar os recursos da conta vinculada, conforme previsto no item **10.7.2**, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do TRE/SE os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas às(aos) empregadas(os) alocadas(os) na execução do contrato.

10.9 O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à(o) CONTRATADA(O) após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

10.10 Os valores depositados na conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da caderneta de poupança ou por outro índice de maior rentabilidade.

10.11 Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis (artigo 121, § 4º da Lei 14.133/2021).

10.12 Caso o Banco do Brasil realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à(o) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

11.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela(o) CONTRATADA(O) e observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado na forma apresentada nesta cláusula, o valor consignado neste Contrato será repactuado/reajustado, competindo à(o) CONTRATADA(O) justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilha apropriada para análise e posterior aprovação do CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018 e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG 5/2017.

11.1.1 No momento da repactuação, deve-se observar a exigência prevista no item **2.5**.

11.1.2 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a(o) CONTRATADA(O) efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

11.1.2.1 Deverão ser preservados os direitos mais benéficos à(o) trabalhadora(trabalhador) durante a execução contratual caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o) seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

11.1.2.2 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o), quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma.

11.1.2.3 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o).

11.1.2.4 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos à(o) trabalhadora(trabalhador) caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a(o) CONTRATADA(O) está vinculada(o) venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores (11.1.2.2 e 11.1.2.3).

11.1.3 Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, caberá à(o) CONTRATADA(O) a demonstração da variação do salário de suas(seus) empregadas(os), sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

11.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço, quando for o caso.

11.2.1 Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio-alimentação e vale-transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item.

11.3 O interregno mínimo de **1 (um) ano** para a primeira repactuação/reajuste será contado:

11.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato.

11.3.2 Para o(s) insumo(s) discriminado(s) na Planilha de Custos e Formação de Preços que esteja(m) diretamente vinculado(s) ao valor de preço público (tarifa), quando for o caso, do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.

11.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a partir da data do orçamento estimado.

11.4 Nas repactuações/reajustes subsequentes à(o) primeira(o), o interregno de **1 (um) ano** será computado da(o) última(o) repactuação/reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

11.4.1 Entende-se como última repactuação/reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada(o) ou apostilada(o).

11.5 O prazo para a(o) CONTRATADA(O) solicitar a repactuação/reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo Contrato, ou na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação.

11.6 Caso a(o) CONTRATADA(O) não solicite a repactuação/reajuste tempestivamente, dentro do prazo do item **11.5**, ocorrerá a **preclusão do direito à/ao repactuação/reajuste**.

11.7 Na hipótese do item **11.6 (precluso o direito à repactuação/reajuste)**, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova/o repactuação/reajuste só poderá ser pleiteada/o após o decurso de novo interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado:

11.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra.

11.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa), quando for o caso.

11.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos do orçamento estimado, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

11.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à(o) CONTRATADA(O) proceder aos cálculos devidos, a(o) CONTRATADA(O) **deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.**

11.9 Transcorridos **12 (doze) meses** da contratação, independente de solicitação da(o) CONTRATADA(O), o TRE/SE promoverá a exclusão dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no **1º (primeiro) ano** da contratação.

11.9.1 Para o item "aviso prévio trabalhado", após o decurso de **12 (doze) meses** de vigência contratual, serão mantidos até 10% do percentual estabelecido para a rubrica para o período inicial (10% de 1,94% (se adotado o percentual máximo permitido), equivalente a 0,194% - Acórdão TCU 1.586/2018).

11.9.2 Para o item "férias", após o decurso de **12 (doze) meses** de vigência contratual, será mantido apenas o percentual de 3,025% (terço constitucional) do percentual estabelecido para a rubrica correspondente ao período inicial (12,10%).

11.10 Quando o reajuste solicitado pela(o) CONTRATADA(O) se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (artigo 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, em que:

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada.

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação.

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

11.10.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à(o) CONTRATADA(O) a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a(o) CONTRATADA(O) obrigada(o) a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.10.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.10.3 Caso o índice estabelecido para o reajuste dos insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.10.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

11.10.5 Independentemente do requerimento de reajuste dos custos com insumos, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

11.11 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações/reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

11.11.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação.

11.11.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações.

11.11.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.12 Os efeitos financeiros da repactuação/reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.13 A solicitação de repactuação/reajuste somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

11.13.1 As particularidades do Contrato em vigência.

11.13.2 O novo acordo ou convenção coletiva da categoria profissional.

11.13.3 A nova planilha com a variação dos custos apresentada.

11.13.4 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

11.13.5 A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

11.14 Aplicam-se à repactuação/reajuste de preços os critérios estabelecidos nos itens **2.3, 2.3.1 e 2.3.2**.

11.15 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita **preferencialmente no prazo de 1 (um) mês, respeitando-se o intervalo máximo de 60 (sessenta) dias** contados da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos (artigo 92, § 6º, da Lei 14.133/2021).

11.15.1 As demais alterações contratuais respeitarão o prazo limite de **60 (sessenta) dias**.

11.16 O prazo referido no item **11.15** ficará suspenso enquanto a(o) CONTRATADA(O) não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

11.17 O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela(o) CONTRATADA(O).

11.18 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

11.19 O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação das(os) trabalhadoras(es) nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

12.1 As obrigações das partes, bem como suas vedações, estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens **5.3** e **5.4**), cumprindo destacar que a(o) CONTRATADA(O) e suas(seus) respectivas empregadas(os) firmam o compromisso de assinar Termo de Confidencialidade [o *Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo* pela(o) CONTRATADA(O) e o *Termo de Ciência* por todas(os) as(os) suas(seus) empregadas(os) diretamente envolvidas(os) na contratação], condição para acesso às dependências do TRE/SE.

12.1.1 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência compõem este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 A(O) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

13.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(ao) titular.

13.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

13.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE/SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento das(os) titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

13.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE/SE será responsável por obter o consentimento das(os) titulares, observadas as demais condicionantes do item **13.1.3**.

13.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido à pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE/SE, mediante solicitação.

13.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora(emissor) e a(o) receptora(receptor), sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

13.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito do TRE/SE.

13.1.5 A qualquer tempo o TRE/SE poderá solicitar:

13.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

13.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

13.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em até 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE/SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

13.1.7 A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal às(aos) suas(seus) empregadas(os) das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente Cláusula.

13.1.8 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(ao) CONTRATADA(O) e Prepostos(os) – devida e formalmente instruídas(os) nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

13.1.9 A(O) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE/SE ou de Auditoria Independente por ele autorizada, e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

13.1.10 A(O) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE/SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos das(os) Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

13.1.11 A(O) "Encarregada(o)" ou "DPO" da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE/SE, em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

13.1.12 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

13.1.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

14.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3 **Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

14.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

14.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.6 A prescrição ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

14.6.1 Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **14.5** deste Instrumento.

14.6.2 Suspensa:

14.6.2.1 Pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

14.6.2.2 Por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos às(aos) suas(seus) administradoras(es) e sócias(os) com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2012.

14.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a(o) contratada(o) possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

14.12 Da aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

14.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item **6.6.3** do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

14.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

14.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

14.15 A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela(e) informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 6.2.2 deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contados da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade definida pela(o) CONTRATADA(O), dentre as opções do artigo 96, § 1º, da Lei 14.133/2021) no valor R\$ _____ (valor por extenso), com vigência entre ____/____/____ e ____/____/____ **[90 (noventa) dias** após o término de vigência contratual].

15.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução da avença e por **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a(o) CONTRATADA(O) não pague o prêmio nas datas convencionadas.

15.2.1 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

15.2.2 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item **15.9** deste Contrato.

15.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (conforme IN 5/2017):

15.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

15.3.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) em sede de processo administrativo sancionatório.

15.3.3 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

15.3.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias não honradas pela(o) CONTRATADA(O).

15.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à(ao) CONTRATADA(O) reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

15.5 Em ocorrendo reajustamento de preços (no caso, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção, observando-se prazo e limite dos itens 15.4 e 15.8, respectivamente.

15.6 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada **em até 10 (dez) dias** :

15.6.1 Ante a comprovação de que a(o) CONTRATADA(O) pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

15.6.1.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra **até o fim do 2º (segundo) mês** após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

15.6.2 Após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

15.7 Na hipótese de liberação da garantia, quando em dinheiro, ela será atualizada monetariamente.

15.8 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até o limite de **5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato**, a título de garantia.

15.8.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à(ao) CONTRATADA(O).

15.8.2 A(O) CONTRATADA(O), a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

15.8.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item **6.6.4 do Termo de Referência (tabela 4)** - poderá ser glosado de pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O).

15.9 Na eventual hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a(o) CONTRATADA(O) ficará desobrigada(o) de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

15.10 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora(garantidor) e/ou seguradora(segurador).

15.11 A(O) garantidora(garantidor) não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à(ao) CONTRATADA(O).

15.12 Será considerada extinta a garantia:

15.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a(o) CONTRATADA(O) cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

15.12.2 Com o término da vigência do Contrato (observado o prazo de **90 dias** sinalizado no item **15.1**), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

15.13 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O) e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de **até 90 (noventa) dias** após o término de vigência do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes CONTRATANTES.

16.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, **desde que haja a notificação** da(o) CONTRATADA(O) pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia.

16.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do Contrato ocorra **com menos de 2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá **após 2 (dois) meses** da data da comunicação.

16.2 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

16.3 Constitui motivo para extinção do Contrato, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que impõe à(ao) CONTRATADA(O) a alteração da Convenção Coletiva de Trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial ([Acórdão 1207/2024 - TCU - PLENÁRIO, item 9.2.4](#)).

16.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

16.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

16.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

16.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

16.5.3 Indenizações e multas.

16.6 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

18.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (artigo 132 da Lei nº 14.133/2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.

18.5 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao artigo 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

20.1 A(O) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/_____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua

substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

21.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da nota de empenho _____.

Programas de Trabalho:	02.122.0033.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES 167686. 02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.
Natureza da Despesa:	Outras Despesas Correntes.
Fonte de Recursos:	1000 ou 1027.
Elemento de Despesa:	339037 - Locação de Mão de Obra.
Sublemento de Despesa:	3.3.9.0.37.03 - Vigilância ostensiva.
Planos Internos:	IEF VIGOST FUN VIGILA

Tabela 8

22.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

23.1 Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, seus anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelas(os) representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)

[NOME DA(O) DESEMBARGADORA(DESEMBARGADOR)]

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

[NOME DA(O) REPRESENTANTE]

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **WILLIÉVANES ALVES DE SOUZA LUDUVICE**, **Chefe de Seção Substituto**, em 09/02/2026, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1809955** e o código CRC **ECE80A73**.